



Informação nº 175/2019 – NUREC

Brasília (DF), 7 de agosto de 2019

Processo nº: 17036/2013 (2 volumes e 1 anexo)

Apenso 1: 190.000.565/2005 (04 volumes)¹

Apenso 2: 190.001.043/2005 (06 volumes)²

Jurisdicionada: Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF

Assunto: Tomada de Contas Especial

Ementa: Tomada de Contas Especial. Contrato de locação de imóvel nº 6/2005. **Decisão nº 1330/2014.** Citação dos Srs. Nelson Souza Marques (executor do contrato), José Benevenuto Estrela (Secretário de Apoio Operacional) e da empresa DATA Construções e Projetos Ltda. **Decisão nº 6269/2016.** Improcedentes as defesas. **Decisão nº 3933/2017.** Contas irregulares. Notificação. **Decisão nº 5462/2017.** Conhecimento de recurso de reconsideração da empresa DATA Construções e Projetos Ltda. **Decisão nº 5851/2017.** Conhecimento de recurso de reconsideração conjunto dos Srs. Nelson Souza Marques e José Benevenuto Estrela. **Despacho Singular nº 264/2018-GCMM.** Prazo para juntada de novos documentos. Elementos adicionais. Análise de mérito dos recursos. Rejeição das preliminares de prescrição. Rejeição de pedido de sobrestamento. Sugestão pelo provimento parcial. Redução do débito apurado.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de Tomada de Contas Especial (TCE), instaurada conforme Ordem de Serviço n.º 8, de 21/01/2010 (fl. 2), pela antiga Secretaria de Estado da Ordem Pública do DF, atual Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), para apurar a ocorrência de prejuízo na então Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal (SEMARH/DF), atual Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA/DF), em razão dos fatos tratados

¹ As folhas do Processo nº 190.000.565/2005 serão indicadas com um asterisco (*).

² As folhas do Processo nº 190.001.043/2005 serão indicadas com dois asteriscos (**).



no Processo n.º 190.000.565/2005.

2. Cuida-se, na presente etapa processual, da análise do mérito dos recursos interpostos em face da Decisão n.º 3933/2017 (fl. 259) e do Acórdão n.º 312/2017 (fl. 260), formulados: i) pela Empresa DATA Construções e Projetos Ltda., fls. 266/279, admitido pela Decisão n.º 5462/2017 (fl. 285); e ii) conjuntamente pelos senhores José Benevenuto Estrela e Nelson Souza Marques, fls. 287/289, admitido pela Decisão n.º 5851/2017 (fl. 296), levando em consideração a juntada de elementos adicionais (fls. 346/347), pela empresa DATA Construções e Projetos Ltda, conforme autorizado pelo Despacho Singular nº 264/2018-GCMM (fl. 348).

3. Para contextualizar o assunto, faz-se necessário trazer algumas informações preliminares sobre os processos de origem e contratos objeto dos presentes autos.

4. O mencionado Processo n.º 190.000.565/2005 trata do Contrato n.º 6/2005 (fls. 243/246*), firmado entre a SEMARH e a empresa DATA Construções e Projetos Ltda., tendo por objeto a locação do imóvel situado na Quadra 2, Bloco “L”, Edifício Lino Martins Pinto, Setor Bancário Sul, com área de 3.990³ m². Esse contrato realizou a unificação de áreas anteriormente locadas por meio dos Contratos nºs 3/2003 (fls. 203/206*) e 7/2003 (fls. 210/210*). Ainda no Processo n.º 190.000.565/2005 se verifica sindicância quanto à execução do citado ajuste (relatório às fls. 742/748*) e os procedimentos relativos à TCE. Já o Processo nº 190.001.043/2005 trata dos pagamentos, efetuados no exercício de 2006, referentes ao Contrato nº 6/2005.

5. O Contrato nº 3/2003 não fixou nem estimou o valor a ser gasto com o condomínio, mencionando essa despesa apenas no item I da “CLÁUSULA DÉCIMA – Das Obrigações do Distrito Federal” onde se lê: “O Distrito Federal fica obrigado a: I – pagar, pontualmente, as despesas ordinárias de condomínio, de telefone, consumo de força, luz, gás, água, esgoto;”.

6. O Contrato nº 7/2003, por sua vez, fixou o condomínio em R\$ 6.000,00, conforme “CLÁUSULA QUARTA – Do Valor”, em seu item 4.1: “O aluguel mensal é de R\$40.000,00 (Quarenta mil reais), e R\$ 6.000,00 (seis mil reais), para condomínio, perfazendo o valor total do Contrato em R\$1.104.000,00 (um milhão e cento e quatro mil reais), (...).” O item I da Cláusula Décima desse ajuste previu, de forma semelhante ao ajuste anterior: “O Distrito Federal fica obrigado a: I – pagar, pontualmente, o aluguel, as despesas ordinárias de condomínio, luz, gás, água, esgoto;”.

7. Ao solicitar a abertura de Processo para a unificação das áreas locadas por meio dos Contratos nºs 3/2003 e 7/2003, o então Diretor de Apoio Operacional, Sr. José Benevenuto Estrela registra “a falta de previsão orçamentária com gastos referentes a telefone, água e energia elétrica, bem como material e pessoal utilizados na manutenção do espaço locado e áreas comuns, os quais deveriam ter sido incluídos no valor orçado para despesas com condomínio”, apontando como objetivo

³ Área referente a 33,505086% da área total do imóvel, sendo os 66,494914% restantes ocupados pela Secretaria de Fazenda do DF.



da unificação a correção da citada falha na previsão de despesas, conforme Memorando nº 025/2005 – DIAOP/SEMARH (fls. 1/3*).

8. Nas Propostas apresentadas pela empresa DATA Construções e Projetos Ltda., verifica-se o valor estimado para o condomínio, de R\$ 59.799,43, bem como rol das despesas incluídas nesse valor. Ainda, o valor estimado para gastos com água, esgoto e energia, de R\$ 16.311,74 (fls. 42/44* e 226/228*),

Propostas da empresa Data Construção e Projetos Ltda., de 13/05/2005 e 24/8/2005⁴

(...) – O valor estimado mensalmente para o condomínio será de R\$ 59.799,43 (cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos), correspondente ao rateio das despesas de manutenção do Edifício na proporção da área ocupada pela SEMARH, ou seja, 33,505086%, **contemplando as seguintes despesas:** manutenção de elevadores, manutenção do sistema hidráulico, manutenção do sistema elétrico, manutenção do sistema de ar condicionado, manutenção predial (pintura, piso, forro, revestimentos), manutenção do sistema de rede estruturada de voz e dados, limpeza das áreas comuns, despesas com pessoal da administração do condomínio (03 funcionários), seguro predial, tais como salário e encargos trabalhistas, despesas com telefone, etc, conforme planilha de custos anexa;

- Os valores gastos com água e esgoto e consumo de energia elétrica, estimados em R\$ 16.311,74 (dezesesseis mil, trezentos e onze reais e setenta e quatro centavos), mensais, proporcionais a 33,505086% da área a ser locada pela SEMARH, (...) (grifo nosso)

9. À fl. 51* verifica-se a planilha de custos que embasou a proposta, da qual constam, entre outros, serviços de manutenção de elevadores (empresa Thyssen-Krupp), manutenção do sistema hidráulico, elétrico, e da rede de voz e dados (Futura Engenharia), seguro predial, manutenção do ar condicionado (Termoclima).

10. O Contrato nº 06/2005⁵ foi firmado em 29/8/2005 reproduzindo os valores da Proposta de 24/08/2005. O item I da Cláusula Décima manteve a redação do ajuste anterior.

11. Em 28/02/2006 foi firmado Termo de Re-Ratificação (RR) do Contrato nº 06/2005 (fls. 299/304*), fixando o valor de condomínio em R\$ 40.000,00 mensais. Vejamos:

⁴ A Proposta de 24/08/2005 alterou, em relação à Proposta de 13/05/2005, o quantitativo de vagas de garagem a serem alugadas, mantendo inalterada a parte referente ao condomínio.

⁵ “CLÁUSULA QUARTA – Do Valor”, item 4.1: “O aluguel mensal é de R\$115.840,09 (cento e quinze mil, oitocentos e quarenta reais e nove centavos), o valor estimado mensalmente para despesas com condomínio é de R\$ 59.799,43 (cinquenta e nove reais (sic), setecentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos), o valor estimado para custear despesas com consumo de água e esgoto, e energia elétrica é de R\$16.311,74 (dezesesseis mil, trezentos e onze reais e setenta e quatro centavos), perfazendo o valor total do Contrato em R\$ 2.303.415,12 (dois milhões, trezentos e três mil, quatrocentos e quinze reais e doze centavos), (...).”



CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RETIFICAÇÃO

1.1 – O item 4.1, referente ao valor estimado para despesas com condomínio, passa a ter a seguinte redação:

“Fica estipulado em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) o valor mensal do condomínio referente aos 05 (cinco) andares ocupados pela SEMARH, visando atender às despesas ordinárias, discriminadas em planilha específica (Anexo I deste Termo), cobrados por meio de boleto bancário”.

1.2 – Inclui o parágrafo Único na Cláusula Quarta, com a seguinte redação:

“Parágrafo único: Fica o locador obrigado a realizar a comprovação das despesas de condomínio realizadas no mês, devendo apresentá-las a qualquer tempo e por solicitação do locatário”.

(...)

ANEXO I DO TERMO RE-RATIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº 006/2005 – SEMARH X DATA

I – DESPESAS ORDINÁRIAS:

Serão consideradas despesas ordinárias de condomínio as despesas abaixo discriminadas:

- Materiais de consumo⁶ (1)⁷
- Manutenção dos elevadores (2)
- Manutenção do sistema hidráulico (3)
- Manutenção do sistema elétrico (4)
- Manutenção preventiva e corretiva do sistema de detecção e alarme (5)
- Manutenção do sistema de sprinkler (6)
- Manutenção do sistema de descarga atmosférica (7)
- Manutenção dos portões automáticos (8)
- Manutenção do sistema de ar condicionado (9)
- Manutenção do grupo gerador, dos forros e limpeza das áreas externas e comuns do edifício (10)
- Manutenção do sistema de hidrantes e extintores de incêndio (11)
- Dedetização e desratização (12)
- Administração do condomínio, incluindo-se mão-de-obra, salários, encargos trabalhistas, contribuições previdenciárias e sociais dos empregados (13)
- Limpeza, conservação e pintura das instalações e equipamentos de uso comum (14)

I.I – DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS:

⁶ Tipos de produtos discriminados no item I.I do Anexo I do RR do CT nº6/2005. Não discriminadas as quantidades.

⁷ Numeração não constante do original, inserida para facilitar a análise dos recursos.



MATERIAIS DE CONSUMO⁸

(...)

12. Enquanto vigente a redação original do Contrato nº 06/2005, a locadora apresentava, mensalmente, demonstrativo do valor efetivamente realizado de despesas ordinárias (*ex vi* das fls. 15**, 86**, 172**, 242**, 306** e 383** – R\$ 59.500,00 em set/2005, R\$59.192,32 em out/2005⁹, R\$ 56.955,42 em nov/2005, R\$55.447,70 em dez/2005, R\$52.652,82 em jan/2006, R\$49.568,60 em fev/2006, respectivamente).

13. Com a fixação do condomínio em R\$40.000,00, o valor efetivamente despendido pela DATA Construções e Projetos Ltda. com as despesas ordinárias de condomínio deixou de ser apresentado *a priori*, passando a ser disponibilizado mediante solicitação da SEMARH, conforme item 1.2 do Termo de Re-Ratificação, acima transcrito.

14. A Tabela a seguir resume as informações de área e valores pactuados entre Locadora (DATA Construções e Projetos Ltda.) e Locatária (SEMARH) a título de aluguel mensal, condomínio e água/luz:

| Fls.* | Instrumento | Área (m2) | Aluguel (por mês) | Condomínio | Água/luz |
|--------------------|-----------------------------------|-----------------|-------------------|---------------|---------------|
| 203/206 | Contrato (CT) nº 3/2003 | 2.198 (a) | R\$ 59.799,43 | Não consta | - |
| 207/210 | CT nº 7/2003 | 1.792 (b) | R\$ 40.000,00 | R\$ 6.000,00 | - |
| 243/246 | CT nº 06/2005 | 3.990 = (a)+(b) | R\$ 115.840,09 | R\$ 59.799,43 | R\$ 16.311,74 |
| 299/304 | RR ao CT nº 06/2005 | 3.990 = (a)+(b) | R\$ 115.840,09 | R\$ 40.000,00 | R\$ 16.311,74 |
| 639/640 720/721 | 2º Termo Aditivo ao CT nº 06/2005 | 3.990 = (a)+(b) | R\$ 124.158,72 | R\$ 40.000,00 | R\$ 16.311,74 |

15. Os três ajustes previam, na respectiva Cláusula Nona, item II, ser responsabilidade da Locadora o pagamento de impostos, taxas, prêmio de seguro complementar contra fogo e as despesas extraordinárias de condomínio. Mesma Cláusula previa ainda que a Locadora arcasse com as despesas provenientes das reformas sugeridas no termo de Vistoria, constante às fls. 167/191*. As despesas extraordinárias foram assim definidas no Anexo I do Termo de Re-Ratificação do Contrato nº 6/2005¹⁰:

⁸ Tabela com listagem de materiais e respectivas unidades de medida.

⁹ O valor efetivamente pago pela SEMARH foi de R\$ 59.170,79, devido à glosa de R\$ 21,53 pelo executor do Contrato, Sr. Nelson Souza Marques, referentes a ligações recebidas a cobrar e juros de mora de faturas telefônicas, que não seriam responsabilidade da SEMARH (fls. 156/158**).

¹⁰ A redação original do CT nº 6/2005 não discriminava essas despesas



II – DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS:

Serão consideradas despesas extraordinárias de condomínio, as despesas abaixo discriminadas:

- Obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel
- Pintura de fachadas, empenas, poços de aeração e iluminação, bem como das esquadrias externas
- Indenizações trabalhistas e previdenciárias pela dispensa de empregados, ocorridas em data anterior ao início da locação
- Instalação de equipamentos de segurança e de incêndio, de telefonia, de intercomunicação, de esporte e lazer
- Despesas de decoração e paisagismo nas partes de uso comum
- Seguro contra incêndio condominial

16. O Anexo I do Termo de Re-Ratificação do Contrato nº 6/2005 incluiu ainda uma terceira categoria de despesas, denominada “**Outras despesas**”, a fim de abranger **despesas não caracterizadas como ordinárias ou extraordinárias**, que ficariam a cargo da Locatária, com pagamento sujeito aos seguintes requisitos: (i) de parte da Locadora: apresentação de 3 orçamentos, pesquisa de preço de mercado e demonstração da necessidade da realização e (ii) de parte da Locatária: verificação da real necessidade de execução dos serviços e/ou aquisições e pesquisa de preço de mercado. Vejamos:

III – OUTRAS DESPESAS:

Qualquer outra despesa não caracterizada como ordinária ou extraordinária, será tratada como exceção.

Parágrafo 1º - Tais despesas deverão vir precedidas de orçamento detalhado, com no mínimo 3 propostas, evidenciando a necessidade de sua realização, bem como os preços praticados no mercado.

Parágrafo 2º - O locatário, de posse dos orçamentos apresentados pelo locador, fica obrigado a proceder, também, consultas ao mercado, visando comprovar os valores praticados, autorizando a despesa, se verificada a real necessidade de execução dos serviços e/ou aquisições.

17. A Comissão de Tomada de Contas Especial (CTCE) do Controle Interno, analisando os Processos nºs 190.000.565/2005 e 190.001.043/2005, afirmou não ter havido cumprimento das etapas acima descritas para a realização dessa categoria de despesa. Nesse sentido, relatou que **(1)** havia “*autorização de despesa por parte da SEMARH sem a apresentação de orçamentos e, mesmo quando havia orçamento, a SEMARH autorizava sem realizar pesquisa de mercado, bem como sem verificar a real necessidade, tornando, portanto, as “outras despesas” em despesas irregulares.*”; **(2)** algumas das despesas pagas a título de “Outras despesas” eram, em verdade, ordinárias, as quais já eram cobertas pelo pagamento do condomínio, tais como: manutenção de extintores, materiais de pintura, manutenção do ar condicionado; **(3)** algumas das despesas (mudança de *layout*, implantação de rede lógica, instalação de ponto de rede) seriam benfeitorias, em relação às quais a SEMARH deveria ter



seguido o Parecer nº 364/2005 da Procuradoria Geral do DF, no tocante a direito de indenização e/ou retenção, conforme legislação de regência da matéria (fls. 785/785-v).

18. Por isso, firmou o entendimento de que as despesas pagas pela SEMARH realizadas de março/2006 a dezembro/2006 a título de “Outras despesas” caracterizariam prejuízo ao erário.

19. Foram responsabilizados pelo prejuízo o Sr. Nelson Souza Marques, executor do contrato (fl. 247*), que atestou as faturas, e o Sr. José Benevenuto Estrela, Secretário de Apoio Operacional, que autorizou os pagamentos. Em sua defesa prévia, apresentada de forma conjunta, argumentaram que a Locadora apresentava os 3 orçamentos requeridos e que a SEMARH realizava a devida pesquisa de preços, porém não guardava os orçamentos e resultados das pesquisas, e que verificava a real necessidade de aquisição de material, porém de maneira informal. Entre outros pontos, argumentaram que após a vigência do Termo de Re-Ratificação, mesmo com a inclusão de despesas sob a rubrica “outras despesas”, teria havido um declínio nas despesas do órgão, que gastara R\$ 862.948,71 para um período de 5 meses antes do Termo, enquanto que para igual período, após vigor o Termo, a despesa teria caído para R\$ 804.043,81 (fls. 802/808*).

20. Porém, a CTCE manteve entendimento quanto à existência de prejuízo ao erário e responsabilização dos citados agentes. Em relação ao Termo de Re-Ratificação do Contrato e a alegada economia de recursos dele decorrente, pontuou a CTCE que a alteração contratual se deu justamente para atender ao Decreto nº 25.947/2005 (fl. 80*), que criou o programa de Redução de Custos Operacionais – PRDO, porém a economia alegada não legitimaria a realização de despesas irregulares (Relatório de TCE nº 114/2011 – CPTCE 1F/DIEXEII/SUTCE/STC às fls. 811/816*).

21. A 3ª Divisão de Contas da Secretaria de Contas desta Corte (3ª Dicont), em primeira análise da TCE, firmou que as conclusões da CTCE não mereciam reparos (Informação nº 261/2013 – Secont/3ª Divisão de Contas, fls. 28/39). O Diretor da Divisão, porém, sugeriu que a empresa DATA Construções e Projetos Ltda. fosse citada juntamente com o executor do contrato e o Secretário de Apoio Operacional para responder pelo prejuízo apurado, tendo em vista a empresa ter sido a beneficiária dos valores pagos a maior (fls. 40/42).

22. Tendo o Ministério Público junto ao TCDF (MPjTCDF) se manifestado em linha com a instrução (fls. 44/46), e a Conselheira Relatora aquiescido com o teor da Cota Complementar do Diretor da 3ª Dicont, considerando que a oitiva dos implicados viabilizaria apreciação mais segura do mérito (fls. 47/62), o Tribunal deliberou pelas devidas citações por meio da Decisão nº 1330/2014 (fl. 63):

Decisão nº 1330/2014

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu:

I - tomar conhecimento da tomada de contas especial consubstanciada no Processo nº 190.000.565/05;



II - com fulcro no art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, ordenar a citação dos nomeados no parágrafo 7 da Cota Complementar de fls. 40/42, para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa quanto aos fatos apontados na matriz de responsabilidade de fl. 27 ou, se preferirem, recolham o valor do débito de R\$ 72.761,73 (atualizado para 2013 – fl. 26);
III - autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências necessárias.

23. Em suas alegações de defesa (fls. 70/77), apresentadas de forma conjunta, os Srs. Nelson Souza Marques e José Benevenuto Estrela apresentaram, para algumas das despesas tidas por irregulares, as propostas e valores da época da aquisição, bem como valores atualizados¹¹. Segue Tabela com resumo dessas alegações:

| Serviço | Valor realizado (2006) | Propostas (2006) | Valor em 2013 |
|--|---------------------------|---|----------------------|
| Tratam. químico da água dos sistemas de refrigeração | R\$ 320,00 (Hidroservice) | R\$ 412,00 (GND), R\$ 389,00 (Disbrel) | R\$ 940,00 (Climbex) |
| Manutenção de rede de dados e voz | R\$ 3.152,00 (Futura) | R\$5.750,00 (Condix e CDT) | - |

24. Repisaram ainda o alegado perante a CTCE acerca da redução no valor total da locação (condomínio, materiais, serviços de manutenção, etc.) após a vigência do Termo de Re-Ratificação, ostentando que em cinco meses de vigência do Termo de Re-Ratificação teria havido uma economia de R\$58.904,90, conforme resumido na Tabela seguinte:

| Mês | Despesa total (aluguel+condomínio) | Total de set/05 a jan/06 e de mar/06 a jul/06 |
|--------|---------------------------------------|---|
| set/05 | R\$ 175.340,09 | R\$ 862.948,71 |
| out/05 | R\$ 175.032,41 | |
| nov/05 | R\$ 172.795,51 | |
| dez/05 | R\$ 171.287,79 | |
| jan/06 | R\$ 168.492,91 | |
| fev/06 | não consta da defesa | |
| mar/06 | R\$ 164.032,08 | R\$ 804.043,81 |
| abr/06 | R\$ 159.273,86 | |
| mai/06 | R\$ 158.737,33 | |
| jun/06 | R\$ 160.151,68 | |
| jul/06 | R\$ 161.848,86 | |

¹¹ Referentes a 2013, época de apresentação da defesa.



25. No mais, destacaram a impossibilidade de obtenção de mais de uma proposta para o serviço de condicionamento de *cooler*, em virtude da necessidade de desmontagem do equipamento para identificação do problema e apresentação do primeiro orçamento; alegaram que os contratos firmados atenderam as necessidades do órgão, que, exceto pequenas aquisições com materiais de manutenção elétrica, hidráulica e de informática, não haveria comprovação de os citados terem causado prejuízo aos cofres públicos e tirado proveito em benefício próprio; que a CTCE não demonstrou os procedimentos utilizados para que todas as despesas no período de março/2005 a dezembro/2005¹² fossem consideradas irregulares e passíveis de ressarcimento; e que não havia sido deduzido do suposto prejuízo ao erário o montante que seria de responsabilidade da Secretaria de Fazenda do DF, que locava parte do mesmo imóvel.

26. A defesa da empresa DATA Construções e Projetos Ltda (fls. 101/116 e anexos às fls. 117/133), por sua vez, centrou-se nas seguintes alegações:

- 1) Os valores cobrados a título de débito configuraram contraprestação à empresa por serviços regularmente executados e atestados;
- 2) Os orçamentos requeridos para as “Outras Despesas” foram apresentados e a empresa não pode ser responsabilizada pela ausência de juntada desses ao processo administrativo;
- 3) A ausência de juntada dos documentos e de pesquisas de mercado configura mera falha formal;
- 4) O decurso de tempo entre a execução do contrato e a citação da empresa (9 anos) inviabiliza a defesa, por a empresa não possuir mais em seus arquivos os documentos extraviados pelos gestores;
- 5) Não há nos autos prova substancial de que teria havido débito;
- 6) Somente os materiais de manutenção arrolados no Anexo I do Termo de Re-Ratificação estavam acobertados pelo valor pago a título de despesas ordinárias;
- 7) Vários materiais enquadrados pela CTCE como despesas ordinárias não constavam da tabela do Anexo I ao Termo de Re-Ratificação e, portanto, seriam “Outras despesas” (materiais para recarga de extintores, Base A acrílica, trincha 3);
- 8) O serviço de tratamento químico das águas dos sistemas de refrigeração não estaria coberto pelas despesas ordinárias, pois o tratamento seria medida de saneamento, e não manutenção;
- 9) Os serviços de manutenção do ar condicionado teriam sido prestados antes da assinatura do termo de Re-Ratificação, quando não havia distinção entre despesas ordinárias e “outras despesas” (Doc 03);

¹² Provavelmente, referia-se às despesas de março/2006 a dezembro/2006.



- 10) Era responsabilidade da SEMARH, e não da Locadora, seguir as regras dos arts. 35 e 36 da Lei nº 8.245/1991, acerca da inclusão de cláusula contratual sobre direito de retenção e indenização por benfeitorias;
- 11) Não haveria nexo de causalidade entre a conduta da empresa e o suposto prejuízo;
- 12) A devolução pela empresa de valores referentes à execução de serviços efetivamente realizados configuraria locupletamento ilícito da Administração Pública;

27. Concluiu requerendo o afastamento do débito e a consequente exclusão da responsabilidade da empresa DATA Construções e Projetos Ltda.

28. A 3ª Dicont, em sua análise, rechaçou as defesas (fls. 137/148). Os principais contra-argumentos aos pontos arguidos pela DATA Construções e Projetos Ltda. foram os seguintes:

- sobre o item 1: a TCE não estaria questionando a ausência da pesquisa prévia de preços, mas o pagamento indevido à empresa;
- sobre o item 7: o defendente não especificou a qual fatura se referem as despesas por ele relacionadas. Despesas com manutenção dos extintores e sistema de ar condicionado e pintura das instalações de uso comum são consideradas despesas ordinárias e cobertas pela taxa de condomínio, não havendo razão para serem incluídas em "outras despesas" a serem suportadas pelo erário distrital;
- sobre o item 10: conforme art. 35 da Lei nº 8.245/1991, salvo expressa disposição contratual em contrário, as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário (Administração), ainda que não autorizadas pelo locador (empresa DATA Construções e Projetos Ltda.), serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção de parte do aluguel. O art. 278 do Código Civil dispõe que o locatário goza do direito de retenção no caso de benfeitorias necessárias ou úteis. Assim, a indenização e/ou retenção é direito da Administração e não da empresa, e as despesas com benfeitorias realizadas no imóvel locado são responsabilidade do proprietário;
- sobre o item 11: a cobrança e o recebimento indevido de recursos públicos identificados na TCE são as ações imputadas à defendente;
- sobre o item 12: a TCE não está questionando a realização de serviços que, alegadamente, foram realizados, e sim, o pagamento indevido de valores que deveriam ser suportados pelo proprietário do imóvel. Dessa forma, o ressarcimento ao erário de valores equivocadamente repassados à empresa não caracteriza enriquecimento sem causa;

29. Acerca da defesa prévia referente aos Srs. Nelson Souza Marques e José Benevenuto Estrela, a 3ª Dicont pontuou:

(i) em relação aos valores praticados para os serviços de tratamento químico de água do sistema de refrigeração e manutenção de rede de dados e voz e à falta de diversos orçamentos para o serviço de condicionamento de compressores: que a TCE não questionava o valor do serviço, mas o pagamento de despesas classificadas como "Outros serviços" serem suportadas pelo erário distrital;



(ii) sobre a redução de despesas promovida pela Re-Ratificação ao Contrato nº 06/2005: que a diminuição dos valores não é suficiente para regularizar a situação, tendo em vista a elevação na taxa de condomínio de R\$ 6.000,00 por mês para R\$ 59.000,00 por mês;

(iii) quanto à alegação de que os contratos firmados atenderam as necessidades do órgão, ausência de comprovação de os citados terem causado prejuízo aos cofres públicos e tirado proveito em benefício próprio: que foi verificada na TCE a ocorrência de despesas que deveriam ser suportadas pelo proprietário e foram pagas pela SEMARH, não tendo sido questionado o possível benefício de servidores com a situação identificada;

30. O MPJTCDf aquiesceu às sugestões do Corpo Técnico por que as defesas fossem consideradas improcedentes e os responsáveis cientificados (fls. 149/151-v).

31. Posteriormente às manifestações acima, foi apresentada pela empresa DATA Construções e Projetos Ltda. peça denominada Memorial (fls. 157/166) com alegações adicionais. Despacho do Gabinete da Conselheira Relatora remeteu os autos novamente à Secretaria de Contas, para manifestação acerca do item 2 da peça (fl. 167), por meio do qual a empresa alegou que a ausência do Processo nº 390.001.959/2007 entre os apensos a estes autos prejudicava seu direito à ampla defesa e ao contraditório; e que estaria havendo inversão do ônus da prova na imputação de débito, acrescentando dados sobre fatura referente a material de pintura (item 7 do § 24). A Unidade Técnica apontou que, conforme esclarecido na Informação nº 261/2013 – Secont/3ª Divisão de Contas (fls. 28/39), as faturas constantes do Processo nº 390.001.959/2007 não teriam sido pagas, e, portanto, não integravam o valor do débito apurado, razão pela qual a ausência do mencionado Processo não implicaria cerceamento à ampla defesa e ao contraditório (fls. 169/173).

32. Novamente o MPJTCDf alinhou-se à Unidade Técnica (fls. 180/181-v). Por outro lado, a Conselheira Relatora, em seu Voto, acolheu as alegações da empresa DATA Construções e Projetos Ltda. no sentido de que os materiais pagos a título de “Outras Despesas” não estavam listados no Anexo I ao Termo de Re-Ratificação do Contrato nº 06/2005 como materiais de despesas ordinárias (de responsabilidade da empresa). Ademais, considerou que o serviço de tratamento químico das águas dos sistemas de refrigeração tampouco fora identificado na citada re-ratificação, consistindo, portanto, despesa não ordinária. A relatora consignou ainda, acerca das alegações dos Srs. Nelson Souza Marques e José Benevenuto Estrela, “*que a Re-Ratificação ocasionou a transferência de responsabilidades com as devidas remunerações, resultando em economia de recursos, porém a classificação das despesas, prima facie, não se mostrou formalmente adequada, dando a impressão de que gastos de responsabilidade da Administração eram na verdade do locador*”. Assim, votou por que as defesas fossem consideradas procedentes e o feito arquivado (fls. 182/194).

33. O Conselheiro Manoel de Andrade, em Voto-Vista, alinhou-se à Unidade Técnica, considerando que o Anexo I do Termo de Re-Ratificação do Contrato nº 06/2005 especifica como despesas ordinárias a manutenção dos extintores de incêndio, a manutenção do sistema de ar condicionado, a manutenção predial, mais especificamente, a limpeza, conservação e pintura das instalações e equipamentos



de uso comum, de forma que essas despesas deveriam ser cobertas pela taxa de condomínio. Quanto às benfeitorias, pugnou pelo direito da Administração de realizar a glosa dos valores nos pagamentos dos aluguéis (fls. 196/198). Seguido pelo Plenário, houve a cientificação dos indicados para que recolhessem o débito, conforme Decisão nº 6269/2016 (fl. 204):

Decisão nº 6269/2016

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Revisor, Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, decidiu:

I. tomar conhecimento das defesas apresentadas pelos cidadãos e pela empresa citados no § 5.1 da instrução para, no mérito, considerá-las improcedentes;

II. por conseguinte, com fulcro no artigo 13, § 1º, da Lei Complementar nº 01/94, cientificar os indicados no § 5.1 da instrução para que, em um prazo de 30 (trinta) dias, recolham, solidariamente, aos cofres distritais a quantia de R\$ 81.684,66 (atualizada até 04/2015), ante a possibilidade de julgamento irregular das contas especiais em análise, consoante art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar nº 01/94;

III. autorizar a devolução do feito à Secretaria de Contas, para as providências de estilo. Vencida a Relatora, que manteve o seu voto.

34. O Recurso de Reconsideração (fls. 214/227) da empresa DATA Construções e Projetos Ltda. contra a Decisão acima teve seu conhecimento negado por meio da Decisão nº 1387/2017 (fl. 236), tendo em conta o art. 280¹³ do RI/TCDF. Não tendo havido o recolhimento do débito, foi na sequência proferida a Decisão nº 3933/2017 (fl. 259), julgando irregulares as contas da empresa DATA Construções e Projetos Ltda. e dos Srs. Nelson Souza Marques e José Benevenuto Estrela:

Decisão nº 3933/2017

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – julgar, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar nº 1/94, irregulares as contas da empresa DATA CONSTRUÇÕES E PROJETOS Ltda. e dos Senhores Nelson Souza Marques e José Benevenuto Estrela, notificando-os, com fulcro no art. 26 da referida Lei Complementar, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolherem, solidariamente, o débito que lhes foi imputado, no valor de R\$ 97.344,16 (valor em 21/06/2017), o qual deverá ser atualizado na data do efetivo pagamento, referente ao prejuízo causado ao erário, consoante fatos tratados no Processo nº 190.000.565/05;

II – autorizar:

¹³ Art. 280. Ressalvada a hipótese de embargos de declaração, não cabe recurso de decisão que rejeitar alegações de defesa, na forma do § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº 1/94, converter processo em tomada de contas especial ou determinar sua instauração, ou ainda que ordenar a realização de citação, audiência, diligência ou fiscalização.



a) a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar n.º 1/1994, caso não atendida a notificação, com posterior arquivamento;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências de sua alçada. Decidiu, mais, aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator.

35. Os Srs. Nelson Souza Marques, José Benevenuto Estrela e a empresa DATA Construções e Projetos Ltda. tomaram ciência da Decisão por meio das Notificações n.ºs 269/2017, 270/2017 e 273/2017 (fls. 262/264), respectivamente. A referida empresa interpôs Recurso de Reconsideração (fls. 266/279), conhecido por meio da Decisão n.º 5462/2017 (fl. 285). Os particulares interpuseram conjuntamente Recurso de Reconsideração (fls. 287/290-v), conhecido por meio da Decisão n.º 5851/2017 (fl. 296).

36. A 1ª Divisão de Contas apresentou sua análise de mérito dos recursos na Informação n.º 48/2018 – SECONT/1ª DICONT (fls. 302/323), pugnando pelo desprovinimento de ambos, conclusão perfilhada pelo MPJTCD (fls. 324/337).

37. Posteriormente, a empresa DATA Construções e Projetos Ltda. requereu a concessão de prazo e a consequente exclusão de pauta do processo para fins de juntada de elementos adicionais (fls. 346/347), pleito atendido por meio do Despacho Singular n.º 264/2018-GCMM (fl. 348).

38. Como salientado inicialmente, na atual fase processual, este Núcleo analisa o mérito dos Recursos após a apresentação de elementos adicionais pela empresa DATA Construções e Projetos Ltda. (fls. 350/356).

RAZÕES RECURSAIS

I) Empresa Data Construções e Projetos Ltda.

PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO

39. A recorrente, por intermédio de seus representantes legais, apresenta, primeiramente, preliminar de decadência e/ou prescrição da pretensão punitiva ressarcitória da imputação do débito, uma vez que decorridos mais de 7 anos entre a data do débito de R\$ 50.788,27, em 31/12/06, e a primeira notificação à recorrente feita pelo TCD, em 28/04/14, para alegações de defesa ou pronto recolhimento aos cofres distritais.

40. Fundamenta a pretensão na tese de repercussão geral elaborada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 669069, qual seja: *“É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil”* (Tema n.º 666).

41. Expõe que, da mesma forma, em 10/06/16, ao exame do RE 636886, de relatoria do Ministro Teori Zavascki, foi reconhecida a repercussão geral do Tema n.º 899 (*“Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão*



de *Tribunal de Contas*") e, diante desse reconhecimento, prolatada decisão monocrática com a seguinte determinação:

3. Ante o exposto, defiro o pedido. Para efeito do § 5º do art. 1.035 do CPC, **determino a suspensão do processamento de todas as demandas pendentes em tramitação no território nacional**, mas exclusivamente aquelas em que esteja em debate **a prescrição do pedido de ressarcimento ao erário baseado em título de Tribunal de Contas**.

42. Argumenta que, pelo princípio da simetria, a decisão do Ministro-Relator se aplica aos Tribunais de Contas, no que se refere aos efeitos de decisão que reconhece a repercussão geral e em respeito aos dispositivos do Código de Processo Civil (CPC), que tratam da matéria, listando esses em nota de rodapé.

43. Afirma que a partir do reconhecimento da repercussão geral pelo STF dos Temas 666 e 899 uma série de decisões daquele Tribunal firmou o entendimento quanto à aplicação da prescrição da pretensão punitiva de ressarcimento por débitos ou danos causados ao erário, derivadas de ilícito civil e imputados por Tribunais de Contas, expondo como exemplos trechos de decisões que deferiram liminares para suspender os efeitos de condenações pelo TCU, em Processos de TCE (MS 34.256 e MS 34.467), bem como trecho de decisão que, conhecendo em parte o RE 989.544, determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que fosse observado o disposto no art. 1040 do CPC/15 quanto ao Tema nº 899.

44. Adverte que o reconhecimento da repercussão geral, pelo Plenário do STF, quanto a prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas aponta para uma possível revisão da jurisprudência pela aplicação do art. 37, § 5º, da CF, inclusive no âmbito dos Tribunais de Contas, sob pena de terem suas decisões reformadas no Judiciário, de acordo com os dispositivos do CPC apresentados.

45. Quanto à aplicação dos Temas nºs 666 e 889 ao presente caso, pontua que o contrato de locação em que o Poder Público seja locatário encontra-se previsto no art. 62, § 3º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 da referida Lei e demais normas gerais, no que couber, (normas tipicamente de Direito Administrativo), bem como as regras de Direito Privado, previstas na legislação sobre locação para fins não residenciais, isto é, a Lei do Inquilinato nº 8.245/1991.

46. Conclui que os contratos de locação em que a Administração Pública figure como locatária reger-se-ão pelas normas de Direito Privado, caracterizando-se não como contratos administrativos propriamente ditos, mas como contratos da administração.

47. Dispõe que, da mesma forma, toda a discussão sobre o estabelecimento de condomínio edilício, bem como das despesas consideradas ordinárias e extraordinárias está disciplinada pelo Código Civil e pela Lei nº 8.245/91, de modo que, qualquer infração a essas normas, caracteriza-se por ser de natureza civil, ou, em outras palavras, em ilícitos civis.



48. Ultima então que os Temas nº 666 e 899 incidem exatamente sobre o presente caso, já que os julgados somente mencionam como excludente de imprescritibilidade as ações de reparação de danos decorrentes de improbidade administrativa ou de ilícito penal.

49. Quanto ao prazo prescricional, registra não haver jurisprudência pacífica sobre o tema, existindo duas correntes: uma que defende o prazo de 3 anos, com base no art. 206, § 3º, V, do Código Civil; e outra que aplica o disposto no Decreto nº 20.910/32, normativo que prevê o prazo prescricional de 5 anos para ações propostas contra a Fazenda Pública. Com base no princípio da isonomia, mesmo prazo deveria ser aplicado para ações ajuizadas pela Fazenda Pública.

50. Afirma que no STJ o prazo quinquenal é pacífico (AgRg no AREsp 768.400/DF) e que o TCU se pronunciou favorável à aplicação desse prazo (Acórdão nº 1314/2013). Assim, o decurso de 7 anos entre a data do débito e a primeira notificação à recorrente pelo TCDF implicaria no reconhecimento da prescrição.

MÉRITO

51. No mérito, argui que as defesas apresentadas afastaram as irregularidades identificadas nos achados de auditoria, limitando-se a reproduzir as considerações exaradas em Voto da Conselheira Relatora. Transcreve-se:

Resumidamente, a Conselheira-Relatora reconhece que:

- a. o prejuízo imputado aos responsáveis reside na classificação de "despesas ordinárias" que seriam de responsabilidade do locador, como "outras despesas", que seriam de responsabilidade da locadora - Administração Pública;
- b. não há apontamentos pela Unidade Técnica de pagamento por serviços não executados ou ausência de pesquisa de preços, resumindo os supostos prejuízos a classificação errônea mencionada no parágrafo anterior;
- c. o Termo de Re-ratificação do Contrato no 006/2015 estabeleceu as despesas consideradas ordinárias - de responsabilidade da empresa - fixando o valor do condomínio em R\$ 40.000,00;
- d. no bojo da TCE, alguns gastos apontados pela Comissão como de responsabilidade do Locador - despesas ordinárias - na verdade, não estavam listadas no Termo de Re-ratificação do Contrato como tal. Assim sendo, restava aos administradores classificá-las como "outras despesas". Dentre essas despesas não abrangidas pelo Termo, destaca-se o tratamento químico das águas dos sistemas de refrigeração;
- e. o único achado de auditoria em desconformidade com o disposto no Termo de Re-ratificação do Contrato, foi a inclusão dos materiais no valor de R\$ 26,00 (vinte e seis reais) - rolo de lã e lixa;
- f. da mesma forma, as alegações de defesa dos gestores apontaram para a ausência do prejuízo, restando somente falhas de caráter formal da classificação de despesas e pagamentos;
- g. ao contrário do prejuízo apontado pela Unidade Técnica, o que ocorreu de fato foi a redução de despesas. Considerando o período de cinco meses para a comparação de gastos, antes e após a assinatura



do Termo de Ratificação do Contrato, aponta-se uma economia de R\$ 58.904,90 (cinquenta e oito mil novecentos e quatro reais e noventa centavos).

52. Por fim, reproduz dispositivos do “Capítulo VII - Do Condomínio Edifício” do Código Civil (art. 1.331 – partes de propriedade exclusiva e partes de propriedade comum dos condôminos e arts. 1.335/1.336 – direitos e deveres dos condôminos), bem como dispositivos da Lei nº 8.245/91 que tratam da obrigação do locador arcar com as despesas extraordinárias de condomínio e o locatário arcar com as despesas ordinárias (arts. 22 e 23 da Lei).

53. Conclui que a execução contratual está em conformidade com os dispositivos que regulam a matéria, não constituindo, assim, qualquer irregularidade.

54. Requer, no mérito, o provimento do recurso para afastar o débito imputado pelo Acórdão nº 312/2017 e a consequente exclusão da responsabilidade da recorrente.

ELEMENTOS ADICIONAIS – PEDIDO DE SOBRESTAMENTO

55. Na peça às fls. 350/356, a empresa DATA Construções e Projetos Ltda. retoma alegações acerca da prescrição da pretensão ressarcitória, tendo em conta o reconhecimento de repercussão geral do Tema tratado no RE 636886.

56. Critica, reputando temerária, a postura do TCU que, no entender da recorrente, não vem reconhecendo os termos da decisão monocrática proferida no citado RE, dando continuidade às demandas contendo alegação de prescrição. A fim de exemplificar o relatado, transcreve parte do voto do Acórdão nº 8.486/2017 – TCU – 2ª Câmara, que manteve o entendimento pela imprescritibilidade das pretensões de ressarcimento ao erário decorrentes de processos de TCE que tramitam naquela Corte, até que haja decisão definitiva em contrário do STF.

57. Defende a aplicabilidade, mesmo que subsidiária ou suplementarmente, do CPC aos feitos em tramitação nos tribunais de contas. Então, com base no art. 1.035, § 5º¹⁴, do referido Código, afirma que a determinação exarada no RE 636886 (suspensão do processamento de todas as demandas pendentes em tramitação no território nacional em que esteja em debate a prescrição do pedido de ressarcimento ao erário baseado em título de Tribunal de Contas) deve transpassar a fronteira dos feitos judiciais, invadindo a seara administrativa, já que o dispositivo em questão não estabeleceu distinção entre demanda judicial ou administrativa.

58. Nessa toada, aduz que, presentes os três requisitos inscritos no dispositivo (reconhecimento de repercussão geral, pendência de julgamento dos processos acerca do tema e tramitação no território nacional) e não havendo distinção normativa entre os tipos de processos – se judiciais e/ou administrativos – estar-se-ia diante de

¹⁴ Art. 1.035. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecurável, não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral, nos termos deste artigo.

(...)

§ 5º Reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional.



hipótese de sobrestamento processual, em homenagem aos princípios da segurança jurídica, ampla defesa, contraditório, economia processual e inafastabilidade da jurisdição.

59. Comenta a concessão de liminar pelo STF, no MS 35.294/DF, suspendendo os efeitos de condenação imposta pelo TCU no âmbito de TCE, e transcreve trechos da decisão monocrática em que o Relator firma posição no sentido de que *“não se deve admitir, considerada a Carta que se disse cidadã, a trazer ares democráticos ao Direito Administrativo – a imprescritibilidade da atuação do Tribunal de Contas da União, no que voltada a recompor dano ao erário. Fazê-lo implicaria assentar poder insuplantável do Estado, a obrigar o cidadão a guardar documentos indefinidamente para a própria defesa.”*

60. Por fim, a recorrente registra que neste TCDF tramita o Processo nº 32351/17, cujo objeto diz respeito ao seguinte:

Aplicação do instituto da prescrição no âmbito do TCDF, nos processos com pretensões punitivas e/ou ações de ressarcimento de prejuízos causados ao erário em decorrência de ilícito civil. Proposta de decisão normativa e adequação do sistema informatizado de acompanhamento processual.

61. Afirma que o tema tratado neste Processo está intrinsecamente ligado ao de nº 32351/17, permitindo o sobrestamento deste feito. Cita que essa teria sido a conduta da Corte no Processo de nº 2824/2013, conforme Decisão nº 247/2018.

62. Consigna ainda que, no presente feito, constata-se caso de decisão preliminar prevista no art. 197, § 1º, do RITCDF, o que permitiria sobrestá-lo.

63. Requer enfim o sobrestamento do feito até o deslinde da questão tratada no processo nº 32351/17.

II) Srs. Nelson Souza Marques e José Benevenuto Estrela

64. Primeiramente, os recorrentes suscitam preliminar de prescrição do processo e, concomitantemente, da cobrança dele oriunda, consoante art. 57 da LC nº 01/1994.

65. Em seguida, passam às alegações quanto ao mérito, organizadas em sete pontos, resumidos abaixo.

66. Ponto 01: a Comissão de Sindicância não analisou adequadamente a rubrica “outras despesas ordinárias e extraordinárias”, onde consta item por item e nem tampouco os detalhou para que pudesse tê-los como incorretos, bem como sua respectiva valoração.

67. Ponto 02: a Comissão de Sindicância não teria levado em consideração as propostas e justificativas dos gestores, em que pese a Auditoria do GDF, fazendo referência minudenciada a item por item, ter aprovado as contas por eles apresentadas.

68. Ponto 03: não há comprovação de prejuízo ao erário, apenas pressupostos de indício de irregularidade, não propositais e tampouco de má-fé, apenas a não



observação de procedimentos, que posteriormente foram sanados, com propostas e depoimentos elencados em recurso anterior, datado de 24/06/2013.

69. Ponto 04: houve redução dos valores pagos anteriormente com base no Contrato primitivo, conforme Termo de Retificação. Posteriormente, os gestores cumpriram as ressalvas elencadas na conclusão de Auditoria 57/2007 (fl. 586), referentes aos subitens 1.1.2, 1.1.3, 1.3, 1.4, 2.1, 2.2, 4.3 e itens 3 e 7, os quais demonstram que não houve comprometimento à administração dos Gestores e nem tampouco causaram prejuízo à Fazenda Pública do Distrito Federal.

70. Ponto 05: quanto aos Contratos mencionados no relatório 114/2011 datado de 26/04/2011 (fls. 814) relativo a rubrica "despesas", as benfeitorias realizadas foram solicitadas para atender exclusivamente as necessidades da Contratante, não se contrapondo às benfeitorias gerais realizadas em prol da locadora.

71. Ponto 06: a implantação da "rede lógica, instalação de pontos, cabeamento e materiais diversos" se deu a pedido dos gestores, em benefício exclusivo da SEMARH, posto que inexistia contrato para obtenção de dados e voz informatizados tampouco mão de obra especializada.

72. Ponto 07: após análise minudenciada, os gestores concordam que apenas e tão somente os materiais adiante elencados e seus respectivos valores, que totalizam R\$ 2.460,25, são de sua exclusiva responsabilidade, pois constam na relação dos materiais do Anexo I do Termo de Re-Ratificação do Contrato nº 006/2005 (item 1.1 - apesar do reduzido número de materiais aprovado pelas partes), pactuado entre a SEMARH e a empresa DATA, reduzido número de materiais consequentemente a SEMARH não deveria ter pago, razão pela qual os Gestores assumem esta responsabilidade e se comprometem a ressarcir os cofres do GDF.

| Mês | Nota Fiscal | Valor total | Valor ref SEMARH | Descrição | Empresa |
|--------------|-------------|-------------|---------------------|-------------------------|--------------------|
| abr/06 | 382.876 | R\$ 891,70 | R\$ 891,70 | Rolo para pintura, lixa | Unitintas Ltda. |
| mai/06 | 37.738 | R\$ 760,00 | R\$ 760,00 | Bisnagas de tinta | Padilha Ltda. |
| jun/06 | 383.893 | R\$ 191,12 | R\$ 64,03 | Lâmpadas | Damasco |
| jun/06 | 40.829 | R\$ 231,87 | R\$ 231,87 | Parafusos | Diviforma |
| jul/06 | 144.055 | R\$ 42,00 | R\$ 14,07 | Parafusos | Casa dos Parafusos |
| jul/06 | 63.515 | R\$ 110,33 | R\$ 110,33 | Buchas | Líder Ltda. |
| dez/06 | 404.111 | R\$ 189,39 | R\$ 189,39 | Interruptores e placas | Damasco Ltda. |
| dez/06 | 79.403 | R\$ 198,86 | R\$ 198,86 | Fios | Líder Ltda. |
| Total | | | R\$ 2.460,26 | | |

73. Por fim, os recorrentes expressam esperança, senão certeza, de que o recurso será julgado provido e a penalidade a estes de limitará tão somente ao *quantum* por eles reconhecido (R\$ 2.460,25 – corrigido monetariamente).



ANÁLISE DOS RECURSOS

PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO E PEDIDO DE SOBRESTAMENTO DA EMPRESA DATA CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA.

74. Inicialmente, analisa-se a alegada preliminar de prescrição suscitada pela empresa DATA Construções e Projetos Ltda. no recurso às fls. 266/279, bem como o pedido de sobrestamento do feito trazido na peça “Elementos Adicionais”, às fls. 350/356.

75. O art. 37, § 5º, da CF, ao dispor que a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos que causem prejuízos ao erário, excepciona as respectivas ações de ressarcimento. Vejamos:

Título III
Da Organização do Estado
Capítulo VII
Da Administração Pública
Seção I
Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

(...) (grifo nosso)

76. Acerca da interpretação a ser dada à parte final do § 5º do art. 37 da CF, conforme já pontuado pelo MPJTCDF em seu Parecer sobre o recurso ora analisado, o STJ entende indubitável a incidência da imprescritibilidade no tocante a danos ao erário identificados no bojo de uma TCE (REsp 894.539/PI - 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 27/8/2009). Da mesma forma, o STF, no julgamento do MS 26.210, fixou entendimento no sentido da imprescritibilidade da ação de ressarcimento de dano ao Erário. Segue a Ementa deste julgado:

MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. BOLSISTA DO CNPq. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE RETORNAR AO PAÍS APÓS TÉRMINO DA CONCESSÃO DE BOLSA PARA ESTUDO NO EXTERIOR. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. DENEGAÇÃO DA



SEGURANÇA. I - O beneficiário de bolsa de estudos no exterior patrocinada pelo Poder Público não pode alegar desconhecimento de obrigação constante no contrato por ele subscrito e nas normas do órgão provedor. II - Precedente: MS 24.519, Rel. Min. Eros Grau. III - Incidência, na espécie, do disposto no art. 37, § 5º, da Constituição Federal, no tocante à alegada prescrição. IV - Segurança denegada". (MS 26.210/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 10/10/2008).

77. Também o TCU considera imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário, conforme enunciado da Súmula 282 - *As ações de ressarcimento movidas pelo Estado contra os agentes causadores de danos ao erário são imprescritíveis* - repisado pelo Acórdão nº 267/2014. No mesmo sentido, julgados desta Corte, Decisões TCDF nºs 5374/1998, 3038/1999, 326/2001, 311/2012, 3506/2012, 4231/2016.

78. Registre-se que o Acórdão TCU nº 1314/2013 em que, segundo a recorrente, aquela Corte de Contas teria se pronunciado favorável à aplicação do prazo quinquenal, tratou de prazo prescricional para a aplicação de **sanções** previstas em lei. O presente caso trata de ressarcimento ao erário, o qual não se confunde com sanção, consistindo somente reparação.

79. Analisemos agora o primeiro precedente invocado pela recorrente.

80. No julgamento do RE 669069, foi analisada pelo STF controvérsia jurídica a respeito do sentido e do alcance do contido na parte final do § 5º do art. 37 da CF. Registre-se que o RE em comento foi interposto pela União contra Acórdão que reconheceu a prescrição da ação de ressarcimento de danos materiais promovida com fundamento em acidente automobilístico. No caso, a Corte de origem considerou não se tratar de ação de ressarcimento de ato ilícito (improbidade administrativa).

81. O Ministro Relator Teori Zavascki, em seu voto, posicionou-se por conferir interpretação restritiva ao dispositivo em questão, propondo a fixação da seguinte tese: "*a imprescritibilidade a que se refere o art. 37, § 5º, da CF diz respeito apenas a ações de ressarcimento de danos ao erário decorrentes de atos praticados por qualquer agente, servidor ou não, tipificados como ilícitos de improbidade administrativa ou como ilícitos penais*".

82. Para tanto, amparou-se em precedente do Superior Tribunal de Justiça – STJ (REsp 764.278, DJe de 25.5.2008) no qual que aquela Corte, interpretando o § 5º do art. 37 da CF em conjunto o § 4º do mesmo artigo, assinalou que a imprescritibilidade, como exceção à regra geral constitucional, alcançasse apenas os danos decorrentes de improbidade administrativa. O Ministro Relator, ademais, entendeu que as ações de ressarcimento tendo por objeto danos decorrentes de ilícitos penais praticados contra a administração pública poderiam ser abarcados pela interpretação restritiva, vez que, em teoria, se tratam de espécie de ilícito mais grave que o de improbidade administrativa.

83. O Ministro Luís Roberto Barroso, por sua vez, defendeu que fosse fixada tese mais restrita e adstrita ao caso concreto, considerando que o caso em questão não se tratava de improbidade administrativa, e, portanto, não suscitara argumentações suficientes para que a Corte Suprema fixasse juízo acerca de



situações que tais. Ainda, considerou que a tese, na repercussão geral, deve ficar o mais próximo possível do caso concreto, não avançando em proposições, em tese, fora desse, considerando ser papel do instituto funcionar como precedente a orientar jurisdições inferiores.

84. Ao final, o Tribunal, acompanhando as considerações do Ministro Barroso, fixou a seguinte tese, mais restrita que a inicialmente proposta: *“É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil”*.

85. Registre-se que o Procurador Geral da República interpôs embargos de declaração contra essa tese, sustentando a ocorrência de omissões e obscuridades quanto (a) à abrangência da tese fixada e a definição exata da expressão “ilícito civil”; (b) ao termo inicial para o transcurso do prazo prescricional das pretensões de ressarcimento ao erário decorrentes de ilícito civil; e (c) à necessidade de modulação dos efeitos da tese fixada por esta Corte.

86. Em seu voto acerca dos embargos interpostos, o Ministro Relator pontuou o seguinte em relação ao que interessa aos presentes autos:

(...) Nos debates travados na oportunidade do julgamento ficou clara a opção do Tribunal de considerar como ilícito civil os de natureza semelhante à do caso concreto em exame, a saber: ilícitos decorrentes de acidente de trânsito. O conceito, sob esse aspecto, deve ser buscado pelo método de exclusão: não se consideram ilícitos civis, de um modo geral, os que decorrem de infrações ao direito público, como os de natureza penal, os decorrentes de atos de improbidade e assim por diante. Ficou expresso nesses debates, reproduzidos no acórdão embargado, que a prescritibilidade ou não em relação a esses outros ilícitos seria examinada em julgamento próprio.

Por isso mesmo, recentemente, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral de dois temas relacionados à prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário: (a) Tema 897 – “Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos por ato de improbidade administrativa”; e (b) Tema 899 – “Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas”. Desse modo, se dúvidas ainda houvesse, é evidente que as pretensões de ressarcimento decorrentes de atos tipificados como ilícitos de improbidade administrativa, assim como aquelas fundadas em decisões das Cortes de Contas, não foram abrangidas pela tese fixada no julgado embargado. (...)

87. O Acórdão restou assim ementado:

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. DANO DECORRENTE DE ILÍCITO CIVIL. PRESCRITIBILIDADE. SENTIDO ESTRITO DA EXPRESSÃO “ILÍCITO CIVIL”, DELIMITADO PELO ACÓRDÃO EMBARGADO. FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. MODULAÇÃO DE EFEITOS DA TESE



FIRMADA NO ACÓRDÃO EMBARGADO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE MOTIVO RELEVANTE DE INTERESSE SOCIAL OU DE SEGURANÇA JURÍDICA. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

(RE 669069 ED, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 16/06/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-136 DIVULG 29-06-2016 PUBLIC 30-06-2016) (grifo nosso)

88. Ou seja, a tese fixada quando do julgamento do RE 669069 incide apenas sobre ilícitos civis, entendidos como aqueles semelhantes ao tratado no caso concreto analisado naquele feito, é dizer, o precedente não se presta a orientar o julgamento de situações envolvendo infrações ao direito público, como os ilícitos decorrentes de atos de improbidade ou pretensões de ressarcimento fundadas em decisões de Cortes de Contas.

89. Quer a recorrente caracterizar o contrato de locação nº 06/2005 como um contrato de direito privado, a fim de caracterizar a acusação desta Corte como “ilícito civil” e submetê-la ao precedente em questão.

90. Ocorre que, no presente caso, a empresa está sendo responsabilizada por prejuízo ao erário decorrente da cobrança e recebimento em duplicidade por serviços prestados à Administração, **situação que não se amolda ao precedente objeto do RE 669069, o qual envolvia dano originário de encontro fortuito entre particular e Administração Pública, e não prejuízo originado de relação estabelecida entre esses, a qual é guiada por princípios de direito público, como os princípios do interesse público e da publicidade. Fosse o Contrato nº 06/2005 típico contrato de direito privado, sequer poderia figurar como objeto de TCE.** Tanto que uma das hipóteses a ensejar o arquivamento de uma TCE se refere à constatação de que o responsável pelo dano apurado é terceiro não vinculado à Administração Pública, vide inciso II do § 6º do art. 189 do RI/TCDF:

Art. 189. A tomada de contas especial prevista no caput e no § 1º do art. 187 deste Regimento, será encaminhada ao Tribunal para julgamento, se o dano ao erário for de valor igual ou superior à quantia fixada para esse efeito.

(...)

§ 6º Será encerrada a tomada de contas especial, em quaisquer de suas fases, e determinado o seu arquivamento pelo Tribunal, uma vez constatado que:

I - houve ausência de prejuízo;

II - a responsabilidade pela reparação deve recair exclusivamente sobre terceiros (não vinculados à Administração Pública);

III - houve o ressarcimento integral do dano;

IV - ocorreu a reposição, o reaparecimento e a recuperação do bem extraviado ou danificado, em condições normais de uso.

91. É dizer, ilícitos que possam resultar no julgamento de contas como irregulares não se tratam de ilícitos civis.



92. Ainda a fim de defender o enquadramento do presente caso ao Tema 666, aduz a recorrente que toda a discussão sobre o estabelecimento de condomínio edilício, bem como das despesas consideradas ordinárias e extraordinárias está disciplinada pelo Código Civil e pela Lei nº 8.245/91, de modo que qualquer infração a essas normas caracteriza-se como ilícito civil.

93. Porém, no presente, a recorrente não está a se defender de infração ao Código Civil ou à Lei nº 8.245/91, e sim, procurando afastar a ocorrência de dano ao erário decorrente da cobrança e recebimento indevidos por despesas de sua responsabilidade, conforme fixado em instrumento contratual.

94. **Portanto, a tese fixada no julgamento do RE 669069 não se presta a afastar o entendimento quanto à imprescritibilidade do dano apurado no presente feito, posto não se tratar o presente de ilícito civil.**

95. Analisa-se agora o segundo precedente trazido pela recorrente, RE 636886, de relatoria do Ministro Teori Zavascki, em que foi reconhecida a repercussão geral do Tema nº 899 (*"Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas"*).

96. Conforme relatado pela recorrente, diante desse reconhecimento, foi prolatada decisão monocrática com determinação de suspensão do processamento de todas as demandas pendentes em que esteja em debate a prescrição do pedido de ressarcimento ao erário baseado em título de Tribunal de Contas.

97. Pende de julgamento de mérito o Recurso Extraordinário, e indubitavelmente a tese que vier a ser fixada impactará casos como o ora tratado.

98. Perfilhamos das considerações expostas na Informação nº 48/2018 – SECONT/1ª DICON, no sentido de que (i) a deliberação do Ministro Teori Zavascki pelo sobrestamento de demandas correlatas à tratada no RE 636886 somente alcança feitos judiciais, e (ii) precedente a vincular o deslinde dessas demandas somente restará assentado após o julgamento de mérito da matéria. Transcreve-se:

Observa-se que o Supremo Tribunal Federal, na deliberação suso transcrita, não almejou expedir determinação voltada aos Tribunais de Contas para que fossem suspensos eventuais autos em tramitação nessas Cortes especiais, tampouco que fossem extintos procedimentos apuratórios em curso. Ademais, o Tema 899 somente impactará o mundo jurídico após deliberação definitiva do STF, seja pela imprescritibilidade, seja pela prescrição e eventual modulação de seu alcance.

Ou seja, mesmo no âmbito do Poder Judiciário não há, ainda, orientação emanada da Corte Suprema que vincule o deslinde dos processos judiciais referentes às ações de cobrança lastreadas em título expedido por Tribunal de Contas. Assim, diversamente do quanto postulou a recorrente, o Tema 899 não produz quaisquer efeitos no mundo jurídico, salvo a própria repercussão geral reconhecida e a determinação de suspensão das demandas correlatas no âmbito da estrutura do Poder Judiciário.

No caso concreto, em que os autos se encontram ainda em fase recursal, **não se está diante de situação sequer análoga à matéria**



debatida no RE 636.886, conquanto não está em debate “(...) ressarcimento ao erário baseado em título de Tribunal de Contas”.
(grifo nosso)

99. Ainda no que tange ao alcance da determinação exarada no RE 636886, a recorrente alega, nos “Elementos Adicionais” apresentados às fls. 350/356, que a suspensão de demandas pendentes deveria transpassar a fronteira dos feitos judiciais, invadindo a seara administrativa, tendo em conta que o art. 1.035, § 5º, do CPC não estabeleceu distinção entre demanda judicial ou administrativa. Vejamos:

Art. 1.035, § 5º do CPC:

§ 5º Reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional.

100. Acerca da interpretação a ser dada ao § 5º acima, aduz a recorrente que, presentes os requisitos inscritos no dispositivo (reconhecimento de repercussão geral, pendência de julgamento dos processos acerca do tema e tramitação no território nacional) e não havendo distinção normativa entre os tipos de processos – se judiciais e/ou administrativos – estar-se-ia diante de hipótese de sobrestamento processual.

101. A respeito dessa alegação, convém trazer o entendimento do STF proferido na apreciação do RE 958.252/MG, que tratou de pleito pelo sobrestamento dos processos judiciais e administrativos em curso no país tratando da temática afeta ao Tema nº 725¹⁵ da repercussão geral, tendo por base o § 5º do art. 1.035 do CPC.

102. Na ocasião, a Corte Suprema, ao indeferir o pedido, sustentou restar consolidado o entendimento de que a suspensão dos processos em trâmite nas instâncias ordinárias, ou mesmo em âmbito administrativo, em razão de veicularem matéria objeto de repercussão geral reconhecida pelo STF, constitui medida que se encontra dentro do âmbito de discricionariedade do Relator, cabendo somente a este aferir a necessidade e a possibilidade de sobrestamento dos processos em curso, para fins de preservação da segurança jurídica e garantia da isonomia, de acordo com a situação peculiar de cada tema pendente de análise de mérito pelo Plenário. Não havendo o Relator determinado a aplicação da sobredita medida de suspensão de processamento, clara estaria sua opção por não fazê-lo.

103. Ou seja, o STF entende que o comando do art. 1.035, § 5º, do CPC não consiste em consequência automática e necessária do reconhecimento da repercussão geral realizada com fulcro no *caput* do mesmo dispositivo, sendo da discricionariedade do relator do recurso extraordinário paradigma determiná-la ou modulá-la.

104. Aplicando-se o entendimento acima ao presente caso, conclui-se que, quisesse o relator sobrestar os feitos em curso nos Tribunais de Contas, teria realizado tal determinação de forma expressa. Ao contrário, referiu-se apenas a demandas baseadas em título do Tribunal de Contas, ou seja, ações de execução fiscal baseadas em Decisões irrecorríveis de Cortes de Contas. Ainda que a literalidade da lei não

¹⁵ “terceirização de serviços para a consecução da atividade-fim da empresa”



tenha restringido o possível alcance da suspensão, a determinação do STF no caso concreto restringiu.

105. Noticia-se Parecer da PGR no RE 636886, juntado em 12/06/2018, pugnano pela imprescritibilidade das “*pretensões de ressarcimento ao erário fundadas em decisão de Tribunal de Contas por dano patrimonial decorrente de relações jurídico-administrativas ou resultante de atos de improbidade administrativa, cuja decisão há de impor-se e prevalecer, como regra, independentemente da interpretação dada aos fatos pelo Poder Judiciário.*”

106. Verifica-se que o julgamento de mérito do RE está previsto para o dia 10 de outubro deste ano, conforme Calendário do Plenário do STF¹⁶.

107. Registre-se, contudo, que, ainda que a decisão de mérito da Suprema Corte oponha-se ao posicionamento da PGR, reconhecendo a prescritibilidade de ações de ressarcimento ao erário ensejadas por dano patrimonial decorrente de relação jurídico-administrativa, como é no presente caso, a situação aqui tratada não estará automaticamente alcançada pelo instituto da prescrição. Tal verificação dependerá do delineamento da questão, especialmente da definição do prazo *a quo* e das hipóteses de suspensão e interrupção, modulação de efeitos que a Corte Suprema poderá abster-se de realizar, considerando tratar-se de matéria infraconstitucional, como alegado quando do julgamento dos embargos de declaração no RE 669069.

108. Quanto às liminares concedidas nos Mandados de Segurança nºs 34.256, 34.467 e 35.295, trazidas pela recorrente como se exemplos de entendimento pacífico do STF fossem, trataram-se apenas do reconhecimento da presença do *fumus boni iuris*, ou seja, da plausibilidade do direito substancial invocado, tendo em vista o possível reconhecimento futuro da prescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário movidas contra os impetrantes. Quanto ao RE 989544, também invocado pela recorrente, o STF tão somente devolveu os autos ao Tribunal de origem para que a demanda seja suspensa, ao aguardo do que vier a ser decidido no RE 636886, que vinculará aquele feito.

109. Portanto, **sugere-se não seja acolhida a preliminar de prescrição, vez que: (i) o precedente firmado pelo RE 669069 não se amolda ao presente caso, pois o débito apurado não decorre de ilícito civil, (ii) a determinação pela suspensão de feitos correlatos proferida no RE 636886 não se destina às Cortes de Contas, mas somente ao Judiciário e (iii) pende de julgamento o mérito do RE 636886.**

110. Passamos agora a tratar do pedido de sobrestamento do feito, trazido pela recorrente na peça “Elementos Adicionais”.

111. O pedido sustenta-se na falta de deslinde do Processo nº 32351/17, que trata de proposta de decisão normativa acerca da aplicação do instituto da prescrição no âmbito do TCDF.

¹⁶ Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/pauta/pesquisarCalendario.asp>



112. Verifica-se que no mencionado feito a Assessoria Técnica e de Estudos Especiais (ATE) apresentou proposta de Decisão Normativa a ser expedida pela Corte fixando critérios para o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva no âmbito do TCDF, esclarecendo que a prescrição de ressarcimento decorrente de ilícitos civis não integra a proposta por não se inserir nas competências da Corte¹⁷, na linha do já arguido na presente Instrução. Manifestou-se ainda pela conveniência da manutenção do entendimento na Corte pela imprescritibilidade das ações de ressarcimento dos prejuízos causados ao erário, como regra, até que o STF delibere sobre os temas 897¹⁸ e 899.

113. O Conselheiro Inácio Magalhães divergiu parcialmente do encaminhamento sugerido pela ATE, votando por que este Tribunal deixe assente que a prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário no âmbito dos processos de controle externo do TCDF subordina-se aos regramentos insertos na parte geral do Código Civil, especialmente em seus arts. 205 (prazo decenal), 189 (termo inicial) e 202, inciso I e parágrafo único (marco interruptivo), devendo haver a suspensão da prescrição no caso disposto no item 9.1.5 do Acórdão n.º 1.441/2016-TCU-Plenário, ante a igualdade do fundamento jurídico.

114. A Decisão nº 5922/2018 adiou a discussão da matéria e, conforme Despacho Singular nº 105/2019 – GCIM, o processo foi retirado da pauta da Sessão Ordinária nº 5.104, de 14/02/2019, com o intuito de aguardar a decisão do Tema nº 899 no STF.

115. Compreende-se a opção acima, ante possível conflito de disciplinamento da questão por esta Corte e o STF. É dizer, reputa-se prudente não fixar delineamento de matéria, em abstrato, que poderá ter de ser em breve revisto.

116. Conforme trazido pela recorrente, a postura da Corte no Processo nº 2824/2013, contrariando o sugerido pela Unidade Técnica e pelo MPJTCDF, foi pelo sobrestamento do exame de mérito das alegações de defesa oferecidas (Decisão nº 247/2018), ao aguardo do deslinde do Processo nº 32351/2017. Aquele feito trata de TCE, e a entidade citada pela Decisão nº 2826/2016 está sendo acusada da prática de ato ilegal e lesivo ao erário, tal como ocorre no presente. Porém, naquele, os defendentes alegam ter sido citados por fatos ocorridos mais de 10 anos antes da citação.

117. Entende-se que, no caso presente, em que transcorridos cerca de 7 anos entre a configuração do débito (31/12/2006) e a citação da empresa pelo TCDF (Decisão nº 1330/2014), convém dar prosseguimento à análise de mérito do recurso, seguindo a literalidade do art. 37, 5º, da CF, até o desfecho do RE 636886. No pior

¹⁷ Da Informação nº 29/2017 – ATE: “(...) No presente estudo, além da prescrição da pretensão punitiva, foi abordado também a de ressarcimento decorrente de ilícito civil. Esta última, contudo, não integra a proposta de decisão normativa, uma vez que esse tipo de pretensão não se insere no âmbito da competência desta Corte. Afinal, em eventos dessa natureza as ações de ressarcimento são impetradas pela Administração contra particulares, diretamente, a exemplo do precedente aqui tratado, julgado pelo STF. Nesses casos, não há instauração de Tomada de Contas Especial. (...)”

¹⁸ Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos por ato de improbidade administrativa.



dos cenários, caso a situação resulte abarcada pelo instituto da prescrição, a recorrente terá seu direito reconhecido em âmbito judiciário. Caso o STF oriente-se pelo Parecer da PGR (imprescritibilidade) ou fixe entendimento na linha do sugerido pelo Conselheiro Inácio Magalhães no Processo nº 32351/17 (prazo decenal), a finalização deste processo não terá sido adiada em vão.

118. Repelindo o afirmado pela recorrente quanto a estar-se diante de decisão preliminar prevista no art. 197, § 1º, do RITCDF, pontua-se que a Decisão nº 3933/2017, contra a qual foi interposto o recurso ora analisado, consiste em Decisão definitiva, conforme § 2º do art. 192 do RI/TCDF, posto que já expressou o julgamento da Corte quanto à irregularidade das contas.

119. **Portanto, quanto ao pedido de sobrestamento do feito, sugere-se não seja acolhido, por não haver determinação geral da Corte neste sentido e pela probabilidade de a presente situação não vir a ser automaticamente alcançada pelo instituto da prescrição, mesmo após o julgamento do RE 636886.**

PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO DOS SRS. NELSON SOUZA MARQUES E JOSÉ BENEVENUTO ESTRELA

120. Quanto ao recurso do Srs. Nelson Souza Marques e José Benevenuto Estrela, limitaram-se a arguir a prescrição com base no art. 57 da LC nº 01/1994. Ocorre que tal artigo sequer trata de prazo prescricional, e sim, de multas aplicadas pelo TCDF¹⁹.

121. Por essa razão, a preliminar não deve ser acolhida.

MÉRITO

122. A origem do prejuízo apurado decorre da realização de dispêndios pela SEMARH, cobrados pela empresa DATA Construções Projetos Ltda. sob a

¹⁹ Art. 57. O Tribunal poderá aplicar multa de até 100 UPDFs ou o equivalente em outro indexador que venha a ser adotado pelo Distrito Federal, para fins fiscais, aos responsáveis por:

I – contas julgadas irregulares de que não resulte débito, nos termos do parágrafo único, do art. 20 desta Lei Complementar;

II – ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

III – ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao Erário;

IV – não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, de diligência do Conselheiro Relator ou de decisão do Tribunal;

V – obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas;

VI – sonegação de processo, documento ou informação, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal;

VII – reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal.

§ 1º Ficará sujeito à multa prevista neste artigo aquele que deixar de dar cumprimento à decisão do Tribunal, salvo motivo justificado.

§ 2º O Regimento Interno disporá sobre a gradação da multa prevista neste artigo, em função da gravidade da infração.



classificação “Outras Despesas”, nos termos do Anexo I do Termo de Re-Ratificação do Contrato nº 06/2005. Parte dos dispêndios consistiria, na verdade, despesas ordinárias, abrigadas pelo valor da taxa condominial, fixada pelo referido ajuste em R\$40.000,00 mensais. Ou seja, teria havido pagamento em duplicidade de despesas ordinárias. Outra parte das despesas classificadas como “Outras Despesas” consistiria em benfeitorias, as quais gerariam direito de indenização e/ou retenção por parte da SEMARH. Portanto, teria havido retenção indevida desses dispêndios por parte da Locadora do imóvel.

123. A TCE apontou ainda a não observação, pela empresa contratada e pela SEMARH, das etapas estabelecidas no Termo de Re-Ratificação do Contrato nº 06/2005 para a realização da citada categoria de despesas. O débito imputado aos recorrentes, contudo, não teve origem nessa irregularidade, vez que não foi apontado sobrepreço nos valores pagos pelos serviços enquadrados como “Outras Despesas”.

124. A tabela abaixo apresenta as faturas consideradas pela CTCE na quantificação do dano (valores não atualizados):

Tabela 1 - Despesas consideradas irregulares

| fls. ** | Fatura nº | Valor | Período | Pgto fls.** | |
|--------------|-----------|---------------|--------------------|-------------|------------|
| | | | | fls.** | Data |
| 485 | 14/2006 | R\$ 8.191,99 | 1/03 a 28/03/2006 | 523/525 | 12/05/2006 |
| 496 | 18/2006 | R\$ 2.433,77 | 29/03 a 28/04/2006 | 523/525 | 12/05/2006 |
| 534 | 21/2006 | R\$ 2.897,24 | 29/04 a 28/05/2006 | 560/562 | 02/06/2006 |
| 571 | 24/2006 | R\$ 4.311,59 | 29/05 a 28/06/2006 | 605/607 | 30/06/2006 |
| 620 | 27/2006 | R\$ 6.008,77 | 29/06 a 28/07/2006 | 643/645 | 10/08/2006 |
| 655 | 30/2006 | R\$ 5.315,04 | 29/07 a 28/08/2006 | 670/672 | 08/09/2006 |
| 685 | 33/2006 | R\$ 4.996,22 | 29/08 a 28/09/2006 | 693/695 | 06/10/2006 |
| 700 | 36/2006 | R\$ 5.732,84 | 29/09 a 28/10/2006 | 725/726 | 30/10/2006 |
| 739 | 39/2006 | R\$ 5.256,14 | 29/10 a 28/11/2006 | 774 e 777 | 20/12/2006 |
| 753 | 42/2006 | R\$ 5.644,67 | 29/11 a 28/12/2006 | 775 e 778 | 20/12/2006 |
| TOTAL | | R\$ 50.788,27 | | | |

125. Inicialmente, analisou-se cada uma das despesas pagas pela SEMARH a título de “Outras Despesas”, a fim de identificar a composição dessas. Para tanto, foram considerados os Demonstrativos Mensais constantes às fls. 486**, 497**, 535**, 572**, 621**, 656**, 685**, 701**, 740** e 753**, referentes às faturas cuja soma de valores compôs a quantificação do dano pela TCE. A identificação levou em conta a descrição das despesas constantes das respectivas Notas Fiscais, vistas nas folhas subsequentes ao Demonstrativo de cada mês.

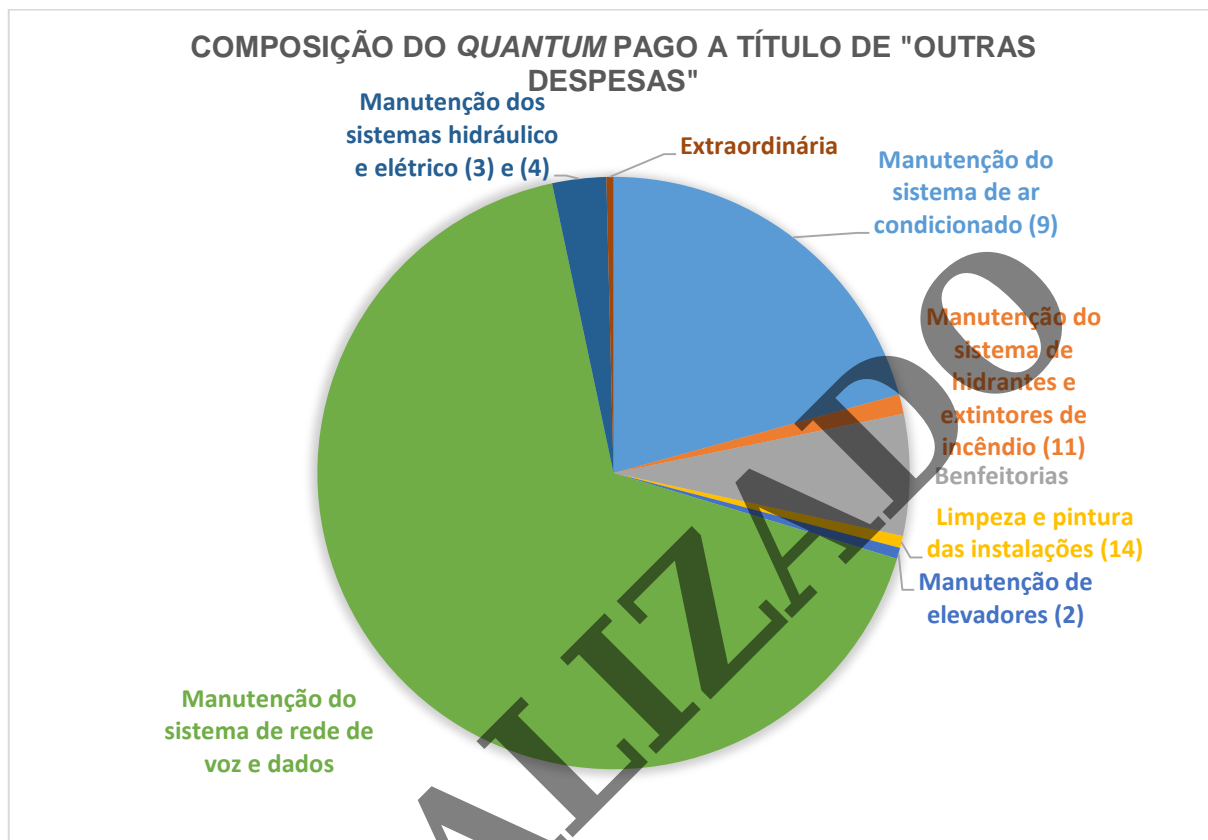


126. Em seguida, procurou-se classificar cada despesa como ordinária, extraordinária, benfeitoria ou “Outras Despesas” cotejando-se cada uma com o disposto no Anexo I do Termo de Re-Ratificação do Contrato nº 06/2005. **O resultado da verificação encontra-se sintetizado em Tabela constante dos Papéis de Trabalho, anexos à presente Instrução.**

127. As Notas Fiscais analisadas compreendem cerca de 97% do *quantum* tido por prejuízo²⁰, totalizando R\$ 49.226,27, não atualizados. O resultado agregado da composição de despesas pagas a título de “Outras Despesas” encontra-se na Tabela e no gráfico abaixo:

| Despesa | Valor absoluto | Valor relativo |
|--|----------------|----------------|
| Material de consumo (1) | R\$ 498,38 | 1,01% |
| Manutenção do sistema de ar condicionado (9) | R\$ 10.102,25 | 20,52% |
| Manutenção do sistema de hidrantes e extintores de incêndio (11) | R\$ 515,98 | 1,05% |
| Benfeitorias | R\$ 3.228,38 | 6,56% |
| Limpeza e pintura das instalações (14) | R\$ 318,63 | 0,65% |
| Manutenção de elevadores (2) | R\$ 294,84 | 0,60% |
| Manutenção do sistema de rede de voz e dados | R\$ 32.644,70 | 66,32% |
| Manutenção dos sistemas hidráulico e elétrico (3) e (4) | R\$ 1.432,12 | 2,91% |
| Extraordinária | R\$ 190,98 | 0,39% |
| Total | R\$ 49.226,27 | 100,00% |

²⁰ Foram desconsideradas as Notas Fiscais de menor valor.



128. Discorre-se a seguir acerca de cada tipo de despesa paga a título de "Outras Despesas".

MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE REDE DE VOZ E DADOS

129. Despesas com a manutenção do sistema de rede de voz e dados constavam do valor variável de condomínio pago pela SEMARH enquanto vigente o Contrato nº 06/2005 em sua redação original. Verifica-se que a Secretaria arcou com R\$ 7.890,00 mensais por esse serviço entre setembro/2005 e fevereiro/2006. Infere-se que a SEF não compartilhava da contratação, pois a SEMARH era responsável pelo pagamento de 100% da despesa (fls. 15**, 86**, 172**, 242**, 306** e 383**).

130. Embora até então consistisse despesa ordinária, a manutenção do sistema de rede de voz e dados **não foi listada como despesa ordinária no Anexo I do Termo de Re-Ratificação do Contrato nº 06/2005.**

131. Não houve pagamento desse tipo de serviço nos meses de março/2006 a maio/2006. No recurso interposto contra a Decisão nº 3933/2017, os Srs. Nelson Souza Marques e José Benevenuto Estrela afirmam que a contratação desse serviço se deu a pedido deles, em benefício exclusivo da SEMARH, posto que inexistia contrato para obtenção de dados e voz informatizados, tampouco mão de obra especializada.

132. Verifica-se que em relação a essa contratação foram apresentados os três orçamentos requeridos pela sistemática acordada no Termo de Re-Ratificação, tendo



as empresas Condix e CDT oferecido propostas idênticas, no valor de R\$ 5.750,00, conforme alegado pelos Srs. Nelson Souza Marques e José Benevenuto Estrela na defesa prévia de ambos, e identificado em documentos constantes do Anexo I a este Processo.

133. Tendo o Sr. José Benevenuto Estrela manifestado-se favorável (fl. 586**) à proposta da empresa FUTURA Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (fl. 587**), foi firmado Contrato (fls. 590/592**), cujo objeto frisou tratar-se apenas da mão-de-obra para a realização dos serviços.

134. Assim, a partir de jun/2006²¹, realizou-se pagamento no valor mensal de R\$ 4.800,00 à FUTURA Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda., mesma empresa que recebia R\$ 7.890,00 mensais anteriormente à repactuação do contrato de locação.

135. Entende-se que o pagamento desse serviço a título de “Outras Despesas” não configurou prejuízo ao erário, ao menos não pelo motivo acerca do qual os recorrentes vêm se defendendo (pagamento em duplicidade), uma vez que a manutenção do sistema de rede de voz e dados não constou do Anexo I do Termo de Re-Ratificação do Contrato nº 06/2005, não configurando, nos termos do ajuste, despesa ordinária coberta pela taxa condominial.

136. Portanto, **opina-se por que o valor de R\$ 32.644,70²², referente a 2006, seja excluído do valor do débito, acarretando, portanto, parcial provimento dos recursos.**

DESPESAS ORDINÁRIAS (ITEM I DO ANEXO I DO TERMO DE RE-RATIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº 06/2005)

137. Foram identificadas, entre as despesas pagas a título de “Outras Despesas”, gastos com materiais de consumo, manutenção do ar condicionado, manutenção do sistema de hidrantes e extintores de incêndio, pintura das instalações, manutenção de elevadores, manutenção do sistema hidráulico e manutenção do sistema elétrico, todas essas consideradas despesas ordinárias, e portanto cobertas pelo valor mensal de R\$ 40.000,00 de taxa condominial, conforme item 1.1 da “CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RETIFICAÇÃO” do Termo de Re-Ratificação do Contrato nº 06/2005, e item I do Anexo I ao Termo, novamente transcrito a seguir:

ANEXO I DO TERMO RE-RATIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº 006/2005 – SEMARH X DATA

I – DESPESAS ORDINÁRIAS:

Serão consideradas despesas ordinárias de condomínio as despesas abaixo discriminadas:

²¹ Em junho o valor foi de R\$ 3.200,00, referente ao período de 09/06 a 28/06.

²² Além do *quantum* pago à empresa FUTURA pelo serviço de manutenção, foram pagos R\$ 644,70 de materiais para execução de pontos de rede.



- **Materiais de consumo**²³ (1)²⁴
- **Manutenção dos elevadores** (2)
- **Manutenção do sistema hidráulico** (3)
- Manutenção do sistema elétrico (4)
- Manutenção preventiva e corretiva do sistema de detecção e alarme (5)
- Manutenção do sistema de sprinkler (6)
- Manutenção do sistema de descarga atmosférica (7)
- Manutenção dos portões automáticos (8)
- **Manutenção do sistema de ar condicionado** (9)
- Manutenção do grupo gerador, dos forros e limpeza das áreas externas e comuns do edifício (10)
- **Manutenção do sistema de hidrantes e extintores de incêndio** (11)
- Dedetização e desratização (12)
- Administração do condomínio, incluindo-se mão-de-obra, salários, encargos trabalhistas, contribuições previdenciárias e sociais dos empregados (13)
- **Limpeza, conservação e pintura das instalações** e equipamentos de uso comum (14)

I.I – DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS:

MATERIAIS DE CONSUMO²⁵ (...) (grifo nosso)

138. Em sua defesa prévia, a empresa DATA Construções e Projetos Ltda. sustentou que somente os materiais relacionados na Tabela do item “I.I – DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS” estariam cobertos pelo valor de R\$ 40.000,00 fixado para o condomínio, argumento acolhido pela Conselheira Relatora daquela fase processual.

139. Porém, a interpretação que se reputa a mais adequada é a seguinte: a tabela constante do Anexo I do Termo de Re-Ratificação do Contrato nº 06/2005 apresenta rol de **MATERIAIS DE CONSUMO**, conforme seu próprio título, e refere-se ao primeiro ponto da listagem de despesas consideradas ordinárias pelo item I do Anexo. Não se tratava de listagem dos únicos materiais cobertos pela taxa de condomínio. Fosse a lista exaustiva, não haveria previsão de cobertura de qualquer material necessário à manutenção do sistema de elevadores, do sistema de detecção e alarme, do sistema de sprinkler, do sistema de descarga atmosférica, dos portões automáticos ou dos materiais necessários para dedetização e desratização, todos esses serviços integrantes da taxa de condomínio, nos termos do item I do Anexo. Ainda, no tocante, por exemplo, à manutenção do sistema de resfriamento, a previsão na Tabela apenas dos materiais Fusível NH 01, resistência elétrica e contato LC1-KO61 acabaria esvaziando a responsabilidade da Locadora por arcar com a

²³ Tipos de produtos discriminados no item I.I do Anexo I do RR do CT nº6/2005. Não discriminadas as quantidades.

²⁴ Numeração não constante do original, inserida para facilitar a análise dos recursos.

²⁵ Tabela com listagem de materiais e respectivas unidades de medida.



manutenção desse sistema, uma vez que somente esses itens não são suficientes para assegurar manutenção minimamente adequada do sistema de ar condicionado. Assim, entende-se que quaisquer materiais necessários à manutenção dos sistemas com os quais a locatária se comprometeu a arcar deveria estar coberto pela taxa condominial.

140. Ainda a fim de reforçar o argumento, permita-se tecer considerações sobre os valores de condomínio firmados pela SEMARH com a empresa DATA Construções e Projetos Ltda.

141. Relembre-se que, anteriormente à Re-Ratificação, o condomínio possuía valor variável em torno de R\$ 59.000, e a empresa DATA Construções e Projetos Ltda. apresentava mensalmente o rateio com o valor efetivamente realizado.

142. No Relatório nº 001/2005-SUAOP/SEMARH, subscrito pelo Sr. José Benevenuto Estrela, apresentou-se comparativo de valores de aluguel de imóveis semelhantes ao Ed. Lino Pinto Martins, a fim de esclarecer a razão pela escolha deste imóvel, porém não se apresentou cotejo de valores de condomínio entre as propostas de locação (fls. 223/224*).

143. Após a repactuação, o condomínio passou a ter o valor fixo de R\$ 40.000, e o demonstrativo de gastos deixou de ser apresentado *a priori*, acertando-se que ficaria disponível para conferência pela SEMARH quando solicitado.

144. No Processo nº 190.000.565/05, verifica-se que, após a assinatura do Contrato nº 06/2005 e anteriormente ao Termo de Re-Ratificação, constam basicamente suplementações de notas de empenho, a fim de custear as despesas com a locação do imóvel sede da SEMARH. Justificando a repactuação, vê-se apenas o Ofício nº 053ª/2006 – SUAOP/SEMARH (fl. 283*), no qual o Sr. José Benevenuto Estrela, Subsecretário de Apoio Operacional, afirma que o objetivo do novo ajuste seria atender às determinações do Decreto nº 25.947/2005, e solucionar questões relacionadas ao Condomínio do Ed. Lino Martins Pinto, sem maiores explicações.

145. Não se identificou nos autos demonstrativo ou notas fiscais das despesas ordinárias posteriores à repactuação do Contrato, ou seja, o que efetivamente era pago com os R\$40.000,00 fixados. Observando-se o último demonstrativo de despesas do condomínio anterior à repactuação (fl. 383**), vê-se que as despesas a cargo da SEMARH totalizavam R\$ 49.568,60, nos quais estavam incluídos os R\$ 7.890,00 mencionados no tópico anterior desta Instrução, referentes a serviços de manutenção preventiva em rede de dados e voz. Assim, ao parecer, a repactuação gerou apenas a possibilidade de a Secretaria deixar de arcar com esse custo, ou contratá-lo a um valor mais baixo, o que de fato ocorreu.

146. Atualizando-se o valor de R\$ 40.000,00 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e calculando o valor de condomínio por m², tem-se que seria equivalente, hoje, a cerca de R\$ 20/m². O valor anteriormente fixado, de R\$ 57.000,00, equivaleria hoje a cerca de R\$ 30/m². Somando-se os valores de água e luz definidos no Contrato nº 06/2005 e a categoria de “Outras Despesas”, verifica-se que, mesmo após a repactuação, a SEMARH despendia o equivalente, hoje, a



cerca de R\$ 31,00/m² com despesas de manutenção da área locada e pequenas benfeitorias.

| Ajuste | Condomínio | Condomínio /m ² | Atualizado até abr/2019 (INPC) | Água e luz | "Outras Despesas" (média/mês - mar a dez/2006) | (cond + Água e Luz + "Outras desp)/m ² | Atualizado até abr/2019 (INPC) |
|----------------------------|---------------|----------------------------|--------------------------------|---------------|--|---|--------------------------------|
| Contrato nº 06/2005 | R\$ 59.799,43 | R\$ 14,99 | R\$ 30,29 | R\$ 16.311,74 | R\$ 0,00 | R\$ 19,08 | R\$ 38,55 |
| RR ao CT nº 06/2005 | R\$ 40.000,00 | R\$ 10,03 | R\$ 20,27 | R\$ 16.311,74 | R\$ 5.078,83 | R\$ 15,39 | R\$ 31,10 |

147. A título de comparação, a tabela abaixo apresenta alguns anúncios atuais de aluguel, com valor de condomínio, de prédios comerciais na região central de Brasília. Verifica-se que o mais alto condomínio é da ordem de R\$ 20,00/m².

| Localização do edifício | Área (m ²) | Condomínio | Condomínio/m ² |
|---|------------------------|---------------|---------------------------|
| SCN Qd 2 - Ed. Corporate Financial Center ²⁶ | 595 | R\$ 7.216,00 | R\$ 12,13 |
| SHLN - Ed. Biosphere ²⁷ | 700 | R\$ 10.500,00 | R\$ 15,00 |
| SCS Qd 9 - Ed. Parque Cidade Corporate ²⁸ | 2404 | - | R\$ 20,88 |
| SBS Qd 2 - Ed. Carlton Tower ²⁹ | 1923 | R\$ 28.910,00 | R\$ 15,03 |

148. Conclui-se que a repactuação era medida mais que urgente, pois o valor de condomínio pactuado no Contrato nº 06/2005 encontrava-se descolado de valores de mercado.

149. Constata-se que a Sindicância da SEMARH apontou que os valores pagos à empresa FUTURA Engenharia e Empreendimentos aparentavam estar além das

²⁶https://www.zapimoveis.com.br/oferta/aluguel+loja-salao+asa-norte+brasilia+df+595m2/ID-17839116/?utm_source=email-mkt&utm_medium=copia-lead&utm_campaign=oferta-lead

²⁷<https://www.zapimoveis.com.br/oferta/aluguel+conjunto-comercial-sala+asa-norte+brasilia+df+700m2/ID-14959590/>

²⁸<https://www.zapimoveis.com.br/oferta/aluguel+conjunto-comercial-sala+asa-sul+brasilia+df+2.404m2/ID-12803193/>

²⁹<https://www.zapimoveis.com.br/superdestaque/aluguel+conjunto-comercial-sala+asa-sul+brasilia+df+1.923m2/ID-11277550/>



tarefas propostas (por exemplo, R\$ 20.835,40 para serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas elétricos – fls. 442/444**).

150. Não cabe, neste feito, alongar-se sobre o dano ao erário decorrente das taxas condominiais pagas pela SEMARH, vez que não foi esse o apontamento da TCE. Porém, **entendeu-se conveniente apresentar o cotejo acima a fim de reforçar o argumento de que cabia à empresa DATA Construções e Projetos Ltda. efetuar as contratações dos serviços e adquirir os materiais referentes às manutenções com as quais se comprometeu, conforme Anexo I do Termo de Re-Ratificação, sem cobrá-las por fora do valor fixado de condomínio, visto receber da SEMARH valor mais que suficiente para cobrir as despesas ordinárias.**

151. Passa-se a comentar alegações dos recorrentes sobre pontos específicos das despesas ora tratadas.

152. Em sua defesa prévia, a locadora argumentara que o serviço de tratamento químico das águas dos sistemas de refrigeração não estaria coberto pelas despesas ordinárias, pois o tratamento seria medida de saneamento, e não manutenção. Trata-se apenas de retórica com os vocábulos “tratamento” e “manutenção”, considerados fora do contexto. Em verdade, o “tratamento químico das águas dos sistemas de refrigeração” é medida básica de manutenção, posto que se presta a combater o desenvolvimento de incrustações, crescimento microbiológico e a ocorrência de processos corrosivos, prolongando a vida útil dos equipamentos.

153. Na mesma oportunidade, a empresa argumentara que os serviços de manutenção do ar condicionado teriam sido prestados antes da assinatura do Termo de Re-Ratificação, quando não havia distinção entre despesas ordinárias e “outras despesas” (ponto 9, § 26 desta Instrução). A embasar esta alegação, consta apenas o documento de fl. 495**, da locadora à SEMARH, comunicando que o sistema de ar condicionado central sofrera avarias em janeiro e fevereiro de 2006, gerando custos emergenciais, e que os materiais e serviços para conserto teriam sido fornecidos/prestados naqueles meses, para posterior pagamento, sem emissão de notas fiscais, as quais só foram emitidas no final de março.

154. O fato é que as Notas Fiscais em questão datam de março/2006 e as faturas foram incluídas pela própria locadora como “Outras Despesas” do mês de março/2006. Ainda, até fevereiro/2006, havia contrato de R\$ 18.345,60 (total do edifício) com a empresa Termoclima Engenharia para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de assistência técnica relativos ao sistema de ar condicionado, de forma que, a princípio, esses serviços ficariam a cargo da então contratada. Assim, a simples alegação pouco plausível da locadora (de que os serviços teriam sido executados em janeiro e fevereiro sem pagamento, sem emissão de nota fiscal) não é capaz de afastar o retratado pela documentação constante dos autos.

155. Conclui-se que as despesas com manutenção de ar condicionado, manutenção do sistema de hidrantes e extintores de incêndio, pintura das instalações, manutenção de elevadores, manutenção do sistema hidráulico e manutenção do



sistema elétrico foram pagas de forma duplicada pela SEMARH, configurando dano ao erário.

156. Portanto, sugere-se negar provimento aos recursos quanto a essas despesas.

BENFEITORIAS

157. A respeito das despesas classificadas como benfeitorias, a locadora, em sua defesa prévia, alegou ser responsabilidade da SEMARH, e não dela, seguir as regras dos arts. 35 e 36 da Lei nº 8.245/1991, acerca da inclusão de cláusula contratual sobre direito de retenção e indenização por benfeitorias.

158. Já os Srs. Nelson Souza Marques e José Benevenuto Estrela, em seu recurso, contestam a inclusão das benfeitorias como prejuízo, visto que teriam se dado a pedido da SEMARH.

159. Vejamos o que dizem os arts. 35 e 36 da Lei do Inquilinato:

SEÇÃO VI

Das benfeitorias

Art. 35. **Salvo expressa disposição contratual em contrário**, as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as **úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção.**

Art. 36. As benfeitorias voluptuárias não serão indenizáveis, podendo ser levantadas pelo locatário, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel. (grifo nosso)

160. A leitura dos dispositivos informa que, em se tratando de benfeitorias necessárias ou úteis (essas, autorizadas pelo locador), o direito de indenização/retenção é garantido pela lei. Tal direito somente restará afastado caso haja no contrato de locação cláusula que o limite ou elimine.

161. Não há, no Contrato nº 06/2005, renúncia de tal direito pela SEMARH.

162. Verifica-se que as benfeitorias realizadas consistiram basicamente em mudanças de *layout*/montagem de divisórias, que podem ser entendidas como benfeitorias úteis.

163. Assim, confirma-se o entendimento de que a locadora (também proprietária do imóvel) não deveria ter cobrado por essas despesas, e a SEMARH deveria ter glosado esse valor indevidamente reivindicado pela DATA Construções e Projetos Ltda.

164. Portanto, sugere-se manter essas despesas no cálculo do dano ao erário.

DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

165. Enquadramos como despesa extraordinária (reparo interessante à estrutura integral do imóvel), dispêndio de R\$ 570,00 (R\$ 190,98 pagos pela SEMARH) referentes à colocação de brita na entrada da garagem para recomposição de terreno após a realização de serviços pela Companhia Energética de Brasília



(CEB). Caberia à Companhia reparar a danificação do local, mas o serviço acabou sendo realizado pela locadora devido à mora da CEB.

166. Essa despesa, portanto, foi mantida no cômputo do dano.

CONCLUSÃO

167. Conforme exposto, opina-se por não acolher as preliminares de prescrição, tampouco o pedido de sobrestamento do feito realizado pela DATA Construções e Projetos Ltda.

168. Quanto ao mérito, entende-se que algumas das despesas que compuseram o cálculo do prejuízo ao erário eram, de fato, “Outras Despesas”, na forma acordada entre a SEMARH e a locatária no item III do Anexo I do Termo de Re-Ratificação do Contrato nº 06/2005. Em específico, conclui-se que **as despesas decorrentes de serviços e materiais de manutenção do sistema de rede de voz e dados não devem integrar o valor do dano, porque o Anexo I do Termo de Re-Ratificação não previa esse tipo de despesa entre as despesas ordinárias cobertas pelo valor fixado de taxa condominial.**

169. Por outro lado, considera-se que o pagamento por fora da taxa condominial, como se “Outras Despesas” fossem, de despesas ordinárias (manutenção de ar condicionado, manutenção do sistema de hidrantes e extintores de incêndio, pintura das instalações, manutenção de elevadores, manutenção do sistema hidráulico e elétrico) deve ser considerado prejuízo ao erário, por ter havido pagamento em duplicidade, pelo qual respondem solidariamente todos os recorrentes.

170. Igualmente, entende-se que integra o cálculo do dano a despesa extraordinária e as benfeitorias pagas pela SEMARH como se “Outras Despesas” fossem. A primeira, por força da Cláusula Nona, item II, do Contrato nº 06/2005, e item III do Anexo I do Termo de Re-Ratificação a esse. As benfeitorias, por força do art. 35 da Lei nº 8.245/1991.

171. Pelo exposto, conclui-se pelo provimento parcial dos recursos, reduzindo-se o cálculo do débito para R\$ 18.143,57 (referentes a 2006) que, atualizados por meio do Sistema de Índices e Indicadores Econômicos e de Atualização de Valores (SINDEC) até a data presente, resultam R\$ 36.711,82.

| Valor do dano apurado pela TCE (2006) | Valor após provimento parcial dos recursos (2006) | Valor do dano atualizado até 27/05/2019 |
|---------------------------------------|---|---|
| R\$ 50.788,27 | R\$ 18.143,57 | R\$ 36.711,82 |

SUGESTÕES

172. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

I. tomar conhecimento:

a) dos Elementos Adicionais ao Recurso de Reconsideração da empresa DATA Construções e Projetos Ltda. (fls. 350/356);



b) da Informação nº 175/2019 - NUREC;

II. deixar de acolher:

a) a preliminar de prescrição dos Srs. Nelson Souza Marques e José Benevenuto Estrela, bem como da empresa DATA Construções e Projetos Ltda.;

b) o pedido de sobrestamento do feito efetuado pela empresa DATA Construções e Projetos Ltda.;

III. dar parcial provimento ao Recurso de Reconsideração dos Srs. Nelson Souza Marques e José Benevenuto Estrela e ao da empresa DATA Construções e Projetos Ltda., tão somente para excluir, do débito que lhes fora solidariamente imputado por meio da Decisão nº 3933/2017, o valor consistente em despesas com manutenção da rede de voz e dados, reduzindo-se, portanto, o valor de débito constante do Acórdão nº 312/2017;

IV. em decorrência do item precedente, notificar os Srs. Nelson Souza Marques e José Benevenuto Estrela, bem como a empresa DATA Construções e Projetos Ltda., com fulcro no art. 26 da Lei Complementar nº 1/94, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolherem, solidariamente, o débito que lhes é imputado, no valor de R\$ 36.711,82 (em 27/05/2019), o qual deverá ser atualizado na data do efetivo pagamento, referente ao prejuízo causado ao erário, consoante fatos tratados no Processo nº 190.000.565/05;

V. autorizar:

a) o conhecimento da decisão que vier a ser proferida aos recorrentes, por intermédio de seus representantes legais;

b) o envio ao Núcleo de Recursos de cópia dessa deliberação, como forma de viabilizar os correspondentes registros

c) o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências de sua alçada.

À consideração superior.

Yasmin Carla Marchioro Silvério
Auditora de Controle Externo
Mat: 1451-3